

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

A relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político: Abordagem multi-métodos com jovens e adultos portugueses

Paulo Gil da Silva Cruz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:
Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**A relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo
político: Abordagem multi-métodos com jovens e adultos
portugueses**

Paulo Gil da Silva Cruz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:
Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Agradecimentos

Para que esta dissertação se pudesse concretizar foram indispensáveis a ajuda e o apoio daqueles que me são mais próximos. Um muito obrigado a todos que tiveram ao meu lado durante o último ano.

Ao meu orientador, o Professor José Santana Pereira, quero agradecer por se disponibilizar a orientar-me assim que lhe apresentei essa possibilidade. Apesar da distância física, tive todo o reforço positivo e apoio académico que necessitei da sua parte e não poderia estar mais contente com a forma como esta orientação progrediu.

Gostaria também de fazer alguns agradecimentos específicos àqueles que me ajudaram diretamente com a tese. Ao Diogo Pereira, por me ter incentivado a prosseguir com a tese quando mais duvidei de que seria possível realizá-la e por me facilitar sempre as deslocações a Lisboa. À Sara Ruas pela ajuda com a tradução da escala de intolerância à ambiguidade, com a revisão do texto final e por estar sempre ao meu lado ao longo do último ano. Ao António Nunes pela ajuda com a ajuda com HTML e *javascript*, áreas em que tenho tão pouco conhecimento e que foram tão importantes para levar a cabo o estudo tal como o idealizei. À Carolina Magalhães Dias pela ajuda com a revisão dos questionários e pela troca de ideias sobre a tese. À Liliana Silva, Ana Lourenço e João Freitas pela colaboração no recrutamento para o estudo online. E ao André Ferreira e ao Luís Pinto pela ajuda com questões relacionadas com estatística.

Finalmente, não poderia deixar de mencionar os meus pais e avós que tanto fizeram para que pudesse aceder a este nível de educação e aos amigos que estiveram sempre por perto e que não referenciei no parágrafo anterior: Rita, Frederico, Maria, Guilherme, Ricardo e Inês.

Resumo

No passado, vários estudos procuraram estabelecer uma relação entre variáveis de personalidade e a posição ideológica dos indivíduos, um componente importante do modelo de escolha de voto, com extensos resultados. No entanto, pouca atenção tem sido dada à possibilidade de existirem variáveis situacionais que possam moderar ou sobrepujar tais relações. Esta dissertação apresenta dois estudos que procuram não só replicar a relação estabelecida na literatura como testar a resiliência dessa relação face a uma variável externa ao indivíduo. No estudo 1, foi usada e validada uma nova escala de conservadorismo político adaptada à realidade atual e com base num conceito bipartido de conservadorismo como resistência à mudança do status quo (conservadorismo situacional) e como uma ideologia autónoma com o seu próprio conjunto de valores (conservadorismo autónomo). Utilizando este instrumento, foi possível replicar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político. No estudo 2, adotou-se o método do questionário experimental para analisar o impacto de três diferentes estímulos (político, apolítico e neutro), sob a forma de notícias postadas nas redes sociais, na correlação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político para uma amostra de 119 indivíduos adultos. Somente entre os indivíduos expostos ao estímulo neutro se observou uma relação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo situacional, tendo os indivíduos altamente intolerantes demonstrado mais conservadorismo situacional quando expostos a estímulos neutros que quando em contacto com estímulos de natureza não política percebidos como uma grande mudança de carácter negativo.

Palavras-chave: conservadorismo, intolerância à ambiguidade, estudo multi-métodos, informação

Abstract

In the past, several studies have strived to establish a relation between personality variables and the ideological positions of subjects, an important component of the vote choice model, with extensive results. However, little attention has been given to the possibility that situational variables may moderate or subjugate those relations. The two studies in this dissertation do not only replicate the relationship between intolerance of ambiguity and conservatism but also test the resilience of that relationship in the presence of an external variable. In study 1, a new political conservatism scale adapted to the Portuguese context was used and validated. This new scale uses a twin concept of conservatism as both a resistance to changes on the status quo (situational conservatism) and an autonomous ideology with its own value set (autonomous conservatism). While using this instrument, it was possible to replicate the relationship between intolerance of ambiguity and political conservatism. Study 2 used an experimental survey design to analyze the impact of three different stimuli (political, apolitical, and neutral), in the shape of news articles posted to social networks, on the relationship between intolerance of ambiguity and political conservatism for a sample of 199 Portuguese adult subjects. The relationship between intolerance of ambiguity and situational conservatism was only replicated in subjects exposed to the neutral stimulus. Moreover, individuals with high intolerance of ambiguity and exposed to an apolitical stimulus, perceived as a large and negative change, were significantly more conservative when compared to those exposed to the neutral stimulus.

Keywords: conservatism, intolerance of ambiguity, mixed-methods approach, information

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de quadros	vi
Índice de figuras	vi
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 : Conservadorismo político e intolerância à ambiguidade – um estado da arte	3
O conservadorismo como ideologia política	3
Os valores políticos nos modelos de escolha de voto	5
A relação entre conservadorismo político e intolerância à ambiguidade ..	6
Capítulo 2 : Desenho de Pesquisa	15
Hipóteses	15
Medição da Variável Dependente: Escala de Conservadorismo Político	17
Medição da Variável Independente: Escala de Intolerância à Ambiguidade	19
Método	21
Capítulo 3 : Resultados	27
Estudo 1	27
Estudo 2.....	29
Discussão Geral.....	31
CONCLUSÃO.....	35

Referências Bibliográficas	37
Anexos	I
Anexo A - Tradução da escala de intolerância à ambiguidade	I
Anexo B - Escala de Henningham (original e traduzida)	III
Anexo C - Exemplo dos estímulos apresentados no questionário	IV
Anexo D - Textos utilizadas nos vários estímulos	V
Anexo E – Correlações (e alfas de Chronbar a negrito) entre escalas para o Estudo 1	IX

Índice de quadros

QUADRO 2.1 - ESCALAS UTILIZADAS PARA MEDIR O CONSERVADORISMO POLÍTICO	17
QUADRO 2.2 - ITENS DA ESCALA DE CONSERVADORISMO USADA NOS ESTUDOS 1 E 2.....	18
QUADRO 2.3 - ESCALAS UTILIZADAS PARA MEDIR A INTOLERÂNCIA À AMBIGUIDADE.....	20
QUADRO 2.4 - DIFERENÇAS ENTRE GRUPOS EXPERIMENTAIS	25
QUADRO 2.5 - PERCEÇÃO DOS ESTÍMULOS POR PARTE DOS RESPONDENTES	26
QUADRO 3.1 - DIMENSÕES PARA CADA UMA DAS SUBESCALAS (ROTAÇÃO VARIMAX)	28
QUADRO 3.2 - DIFERENÇAS NO CONSERVADORISMO SITUACIONAL ENTRE GRUPOS EXPERIMENTAIS ...	30

Índice de figuras

FIGURA 3.1 - CONSERVADORISMO NOS INDIVÍDUOS COM BAIXA, MODERADA E ALTA INTOLERÂNCIA À AMBIGUIDADE	29
--	----

INTRODUÇÃO

Encontrar uma relação entre a personalidade e a posição ideológica dos indivíduos é uma pretensão antiga e multidisciplinar, que aliciou autores desde a psicologia à filosofia. A tradição psicanalista deu-nos uma das primeiras contribuições científicas através da sua preocupação com as personalidades fascistas e autoritárias por autores como Elsa Frenkel-Brunswik (1948, 1949) e Theodor Adorno e colegas (1950), que entre si têm em comum serem refugiados do regime Nazi. Deste então, este estudo tem evoluído através da introdução de novos modelos com um crescente foco no conservadorismo político.

A intolerância à ambiguidade enquanto variável de personalidade capaz de prever tendências políticas aparece de imediato neste campo de estudo, sendo referido pela primeira vez por Frenkel-Brunswik em 1948. Pretende-se aqui testar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político no contexto português. Ademais, pretende-se também avaliar a resiliência dessa relação através da introdução de uma variável situacional num desenho de pesquisa experimental. No contexto científico, a presente dissertação assume relevância por introduzir uma nova vertente, o efeito moderador de uma variável situacional, no estudo de uma relação que tem vindo a ser repetidamente estudada e replicada. Fora desse contexto, é notório um renovado interesse na relação entre variáveis de personalidade e a posição ideológica dos indivíduos – partindo do pressuposto que esta influenciará a sua escolha eleitoral – bastando para isso recordar o escândalo da Cambridge Analytica e o uso que esta empresa deu aos *Big Five*¹, outra forma de aceder à personalidade dos indivíduos². Neste mesmo âmbito, surgem também questões como as *fake news* que põe em foco a relação entre a informação a que um indivíduo está exposto, a sua personalidade e os seus valores políticos³.

Antes de tentarmos conhecer a forma como a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político se relacionam, é necessário discutir a definição de conservadorismo, o seu carácter enquanto ideologia política e a importância dos valores políticos na teoria da escolha de voto, tarefa a que se dedica uma parte substancial do primeiro capítulo deste texto. Como poderemos ver, o conservadorismo assume nesta dissertação uma definição bipartida, dividindo-se entre *situacional*, a resistência à mudança do status quo qualquer que este seja,

¹*Big Five* é um conjunto de cinco dimensões de personalidade (abertura à experiência, conscienciosidade, extroversão, neuroticismo e agradabilidade) considerados como sendo os mais básicos da personalidade humana (Löckenhoff e Costa, 2007).

²<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>

³<https://www.theguardian.com/media/2016/dec/02/fake-news-facebook-us-election-around-the-world>

e *autónomo*, um corpo de valores concreto relativamente indiferente ao contexto espaço-temporal. Daqui parte-se para uma revisão da literatura sobre o assunto, sendo apresentados três modelos que explicam a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político: o modelo do conteúdo, segundo o qual o conservadorismo político, associado ao autoritarismo, é tanto maior quanto maior for a intolerância à ambiguidade; o modelo dos extremos, que questiona essa relação linear e considera que os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade situam-se nos extremos do eixo liberal-conservador; e o modelo de contexto, que coloca os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade no centro do espectro político, associando esta característica da personalidade a um maior apoio pelo status quo e a uma aversão pela mudança. Teoriza-se que, enquanto o primeiro e o segundo modelo concorrem para explicar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo situacional, o terceiro modelo contende com a relação com o conservadorismo autónomo.

No segundo capítulo faz-se uma introdução aos dois estudos cujos resultados são apresentados no capítulo seguinte. Aí são elencadas as hipóteses, exhibe-se a nova escala de conservadorismo usada nesta dissertação e descreve-se a metodologia seguida nos dois estudos. Já no capítulo 3, descrevem-se os resultados do estudo 1 e 2, começando pela validação da nova escala de conservadorismo. Ainda no estudo 1, confirmou-se a correlação direta entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político, com os resultados a suportar o modelo do contexto e, em menor medida, o modelo do conteúdo. No estudo 2, para além das hipóteses testadas no estudo 1, procurou-se determinar o impacto moderador que uma variável situacional pode ter sobre a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político. Através de um *experimental survey* (doravante “questionário experimental”) introduziu-se um estímulo externo, sendo que cada um dos respondentes, recrutados através da internet, foi exposto a um de três diferentes estímulos no formato de notícias partilhadas nas redes sociais. Os estímulos variavam entre político-social, notícias sobre temas questões atuais com consequências políticas; apolítico, com menção de temas não políticos de carácter ameaçador (ex. epidemias, desastres climáticos); e neutro, com tópicos leves como gastronomia ou turismo. Pretendia-se perceber se é possível observar alterações na relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político quando o indivíduo é exposto a informação que seja percebida como uma grande mudança para o status quo atual, quer esta informação esteja diretamente relacionada com temas políticos ou apenas com situações desagradáveis potencialmente geradoras de ansiedade. As implicações dos resultados obtidos, as fragilidades do presente estudo e as possibilidades para futura investigação nesta área serão discutidos no final desse capítulo 3 e na conclusão.

Capítulo 1 : Conservadorismo político e intolerância à ambiguidade – um estado da arte

Para compreender a relevância do conservadorismo político para o estudo do comportamento eleitoral e para ter uma base conceptual sólida para compreender os estudos apresentados nesta dissertação, interessa examinar a sua definição enquanto ideologia (partindo de uma discussão do próprio conceito de ideologia), entender a distinção entre conservadorismo autónomo e situacional e mencionar a sua importância para a explicação do comportamento político dos indivíduos.

Após esta reflexão conceptual, essencial para conhecermos o objeto do presente estudo, partimos para uma revisão das investigações que estabelecem uma relação entre a intolerância à ambiguidade, conservadorismo político e alguns fatores situacionais. Nessa revisão, segue-se um critério vagamente cronológico, fazendo-se saltos temporais sempre que se justifica seguir uma certa corrente de argumentação. Assim, acompanha-se a evolução deste campo começando nos anos 40, com a tradição psicanalítica, até aos estudos mais atuais, com especial atenção para os momentos em que existiu uma mudança de paradigma, seja nos métodos utilizados neste tipo de estudo ou nos modelos produzidos pelos autores para explicar a relação entre as duas variáveis. Ao nível dos métodos, a principal rutura acontece com a introdução das ferramentas psicométricas para a medição da intolerância à ambiguidade. Já no que toca aos modelos, há pelo menos três que merecem especial atenção: o modelo do conteúdo, o modelo dos extremos e o modelo do contexto.

O conservadorismo como ideologia política

O conceito de ideologia é central para as ciências sociais, mas é também um dos mais elásticos, tendo sido utilizado em vários sentidos, alguns deles contraditórios (para uma descrição exaustiva destes, cf. Gerring, 1997). Neste estudo, usaremos uma definição próxima à apresentada por Althusser (1968), para quem a ideologia é a relação imaginária entre o indivíduo e as suas reais condições. A ideologia tem assim duas partes fundamentais: uma ideia abstrata das condições reais em que o sujeito vive e um conjunto de valorações relativas a essas condições e de como as alterar/manter.

Tal como outras ideologias, o conservadorismo é tradicionalmente utilizado como uma forma dos eleitores e partidos sumarem o seu posicionamento político, sendo mais popular o seu uso como parte do eixo liberal-conservador nos Estados Unidos do que na Europa, onde é mais comum encontrar referências ao eixo esquerda-direita (Inglehart, 1977). De acordo com Gunther e Kuan (2011), tais divisões políticas emergem de uma forma padronizada,

começando com desacordos entre as elites políticas e intelectuais que se cristalizam em ideologias, podendo estas ser ou não cooptadas por partidos políticos ou outras organizações. Da efetiva comunicação e disseminação dessas ideologias para segmentos da população emergem agrupamentos de valores tais como o conservadorismo, o liberalismo clássico, o socialismo ou a social-democracia.

Porém, a definição de conservadorismo enquanto ideologia política não é consensual. O conservadorismo pode ser visto como uma resistência à mudança e uma preferência pelo *status quo*, qualquer que este seja (Huntington, 1957). Nesta definição situacional, conservadorismo é o inverso de radicalismo, não contendo em si ideias persistentes, mas sendo somente constituído por um conjunto de ideias que são comuns aos defensores de um determinado *status quo* num dado momento histórico em que este se encontra ameaçado por uma ideologia concorrente. Ao tempo da publicação, o autor considerava que ser conservador nos Estados Unidos equivalia a proteger o liberalismo americano da ameaça do comunismo da União Soviética. Mas, se aceitarmos esta definição situacional, é plausível dizer que um conservador pode ser alguém que, numa república socialista, defende o *status quo* socialista contra a ameaça do liberalismo e capitalismo (Jost et al., 2003). Não é difícil encontrar tal uso da definição. Tom Buchanan (2006) fala-nos assim dos tempos conturbados que se viviam na União Soviética, em 1992: “By the spring, therefore, Gorbachev was willing to break with the *conservatives* and to negotiate with the emerging power brokers” (Buchanan, 2006: 224, sem itálico no texto original).

Já Oakeshott (1991) fornece uma definição de conservadorismo mais substancial, incluindo considerações explícitas sobre o tipo de governo desejável, as quais podem ser aplicadas em qualquer momento histórico ou local. Segundo o autor, essas prescrições incluem um governo mínimo que não impõe mudanças à sociedade e que aceita as crenças e atividades que aí se desenrolam, e que apenas extrai da sociedade regras de conduta que impõe para conter as “paixões” dos homens, dando-lhes força jurídica. Podemos então falar de uma tradição intelectual enquadrável num determinado momento histórico, que alguns apontam ter as suas raízes no pensamento de Edmund Burke e nas observações deste sobre a Revolução Francesa. Para Castello-Branco (2013), o conservadorismo enquanto ideologia é assim um individualismo integrado na pertença à nação e no comunitarismo, em contraste com o “individualismo atomista do liberalismo e ao coletivismo que é próprio do socialismo (p. 160)”. Aqui, o conservadorismo opõe-se ao progressismo, o qual promove o governo como agente do melhoramento da sociedade, numa definição mais próxima ao governo mínimo de Oakeshott. A este tipo de conservadorismo, Huntington (1957) chama de conservadorismo autónomo.

Os valores políticos nos modelos de escolha de voto

Como vimos acima, uma ideologia é constituída por duas partes (uma ideia abstrata das condições reais em que o sujeito vive e um conjunto de valorações relativas a essas condições e de como as alterar/manter). De acordo com Schwartz (1994) os valores podem ser definidos como “*desirable transsituational goals, varying in importance, that serve as guiding principles in the life of a person or other social entity* (p. 21).” Os valores políticos nucleares, normalmente integrados nos modelos de escolha de voto, podem ser compreendidos como casos especiais dessa definição, sendo definidos como “omnibus normative principles and beliefs made by individuals to make sense of and judge government, society, and citizenship” (McCann, 1997).

Originalmente, os modelos de escolha de voto sustentavam-se principalmente em clivagens estruturais, definidas por linhas religiosas, étnicas, culturais, linguísticas e de classe, e em clivagens partidárias, associadas à proximidade dos indivíduos para com os partidos, pondo de parte os valores políticos (Gunther e Kuan, 2011). No entanto, as rápidas transformações observadas nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial levaram a uma destabilização da clivagem-modelo entre partidos operários de esquerda e partidos burgueses ou religiosos de direita. O aparecimento dos novos modelos de participação e dos novos movimentos sociais – dos quais são exemplo o movimento de libertação das mulheres ou os grupos ambientalistas – trouxeram mais incerteza ao sistema político e a necessidade de criar novos modelos de escolha de voto (Deth & Scarbrough, 1995). Assim, aos dois conjuntos tradicionais de valores constituídos pela dicotomia religião-secularismo, que emergiu com a revolução dos movimentos nacionalistas; e a dicotomia materialista, que opõe o controlo dos meios de produção pelos trabalhadores e a regulação estatal da economia à iniciativa privada e o mercado livre que emergiu com a revolução industrial, junta-se uma nova dicotomia pós-materialista (Knutsen, 1997). Os valores pós-materialistas enfatizam preocupações estéticas, de realização pessoal e maior participação no processo político (Inglehart, 1990) A partir do trabalho seminal de Ronald Inglehart, *The Silent Revolution* (1977), tem sido dada especial atenção a essas novas clivagens pós-materialistas (Knutsen, 1988). Desde então, tem havido um consenso em torno da ideia de que o conflito político se baseia em três fenómenos interligados: as clivagens sociais, as clivagens partidárias e as clivagens em torno de valores políticos fundamentais para os indivíduos (Knutsen, 1995). No entanto, tem havido uma proliferação de clusters de valores que passam pelo pós-materialismo, pós-modernismo, ambientalismo e feminismo que tornaram o estudo destas questões mais complexo (Deth & Scarbrough, 1995). Para Middendorp (1992), o espaço ideológico é ocupado por duas dimensões fundamentais, uma dimensão socioeconómica ao longo do eixo esquerda-direita e uma dimensão político-cultural ao longo do eixo libertarianismo-autoritarismo, sendo que no seu estudo, o conservadorismo

se encaixa no segundo eixo.

Num estudo transnacional, Caprara e colegas (2017) determinaram que os eixos ideológicos esquerda-direita e liberalismo-conservadorismo foram preditores da decisão do voto em todos os países estudados exceto na Ucrânia. A análise incluiu democracias consolidadas (Austrália, Finlândia, Alemanha, Israel, Itália, Japão, Reino Unido, e os Estados Unidos), países com historial de regimes autoritários (Brasil, Chile, Grécia, Espanha e Turquia) e países pós-comunistas (Polónia, Eslováquia e Ucrânia)⁴. Apesar de serem tratados como eixos distintos neste estudo, há evidência de que a distinção entre esquerda e direita está ancorada, entre outros, nos valores no eixo conservadorismo-liberalismo individual em vários países ocidentais e não-ocidentais (Freire e Kivistik, 2013). Sendo esse o caso, é relevante o estudo de Fleury e Lewis-Beck (1993) do caso francês, no qual se conclui que as clivagens ideológicas, aglomeradas no eixo esquerda/centro/direita, têm primazia em relação à afinidade partidária no que toca à escolha de voto, com o fator ideológico a ter o dobro do impacto do fator partidário. No entanto, e segundo os próprios autores, a França tem sido tida como um exemplo extremo do voto ideológico. Para além disso, é importante ressaltar que a relação entre autopoicionamento em eixos ideológicos, os valores e afinidade partidária é ambígua. Knutsen (1997) admite um modelo em que os valores e a afinidade partidária se influenciam mutuamente e cada um deles influencia o autopoicionamento. Neste estudo sobre o impacto da afinidade partidária e dos valores no autopoicionamento no eixo esquerda-direita, Portugal aparece como sendo o país em que os valores têm o menor peso.

Nos Estados Unidos, onde o eixo liberal-conservador é mais utilizado, o papel da ideologia na escolha de voto tem recebido menor atenção de que outras variáveis preditivas, existindo, ainda assim, algumas contribuições (Kim e Fording, 1998). É disto exemplo o estudo de Ensley (2007), no qual o autopoicionamento numa escala que vai de extremo liberal a extremo conservador prevê a escolha do indivíduo pelo partido Republicano ou Democrata, sendo que o peso da ideologia aumenta quando os candidatos estão mais distantes em termos ideológicos, mas apenas entre os indivíduos com maior educação e sofisticação.

A relação entre conservadorismo político e intolerância à ambiguidade

Elsa Frenkel-Brunswik (1948) emprega pela primeira vez o termo intolerância à ambiguidade na sua análise de entrevistas clínicas com crianças entre os 11 e os 16 anos sobre etnocentrismo e discriminação racial, definindo-a como uma tendência para reprimir ou deslocar (no sentido Freudiano⁵) ideias que não se conformam com soluções rígidas e

⁴ Definição dos regimes dada pelos autores.

⁵ *Repressão* é a rejeição de um objeto de modo a mantê-lo afastado da consciência. A repressão pode

simples. Através da escolha destas soluções simples, as crianças reduzem a ansiedade causada pela repressão das ideias mais ambíguas, mantendo os estereótipos pré-concebidos mesmo quando confrontadas com novas evidências. Nas palavras da autora:

Our interpretation then could be that ideas and tendencies which are non-conforming and which do not agree with rigid, simple and prescribed solutions (such as submission to the strong) have to be repressed and displaced. When displaced into the social sphere, this is expressed in an overly moralizing, authoritarian or generally destructive manner (Frenkel-Brunswik, 1948: 303).

Mais tarde, Frenkel-Brunswik (1949) coloca o conceito num espectro que contrapõe indivíduos com a capacidade de reconhecer a coexistência de diversas características (boas ou más) num certo objeto vis-à-vis indivíduos com tendência para chegar precipitadamente a conclusões, possivelmente em detrimento dos factos disponíveis, conceber soluções preto-no-branco e rejeitar ou aceitar na sua totalidade as características de uma pessoa.

Claramente inserida na tradição psicanalista, Frenkel-Brunswik viria a colaborar em *The Authoritarian Personality* (1950), um grande volume escrito conjuntamente com Theodor Adorno, Daniel Levinson, e Nevitt Sanford. Nesta obra, os autores partem do pressuposto “de que as convicções políticas, económicas e sociais de um indivíduo normalmente formam um padrão abrangente e coerente, como se fossem unidas por uma “mentalidade” ou “espírito”, e que esse padrão é uma expressão de tendências enraizadas na personalidade (p. 1)”. Para os autores, a personalidade é um conjunto de características congruentes entre si e que concorrem para explicar as posições ideológicas do indivíduo. A intolerância à ambiguidade aparece aqui como uma das variáveis da personalidade autoritária, um tipo de personalidade medido pela F-Scale, desenvolvida pelos autores. A personalidade autoritária inclui suscetibilidade à propaganda fascista, conservadorismo, etnocentrismo e antissemitismo. Para Adorno e colegas, os indivíduos com alta intolerância à ambiguidade tendem a pensar em si próprios e nos outros segundo quadros de regras rígidos e a aceitar os imperativos morais e religiosos de forma mais dogmática.

Na década que se seguiu à publicação de *The Authoritarian Personality*, e tendo em conta o grande interesse que surgiu à volta desta teoria, vários autores procuram estabelecer

acontecer quando um impulso interno emerge espontaneamente ou quando um este impulso é espoletado por uma perceção de um objeto externo (Fodor e colegas, 1950). *Deslocamento* é o processo pelo qual a intensidade física é transferida de uma ideia em que o indivíduo tem um grande investimento emocional ou mental (catexia) para uma outra ideia, com menor catexia (Schmid-Kitsikis, 2005)

correlações entre a intolerância à ambiguidade e certas atitudes políticas ou outras variáveis de personalidade. Block e Block (1951) encontraram uma correlação positiva e significativa entre intolerância à ambiguidade e o etnocentrismo numa amostra de 65 homens estudantes da Universidade de Stanford. Contrariamente, McCandless e Holloway (1955) não foram capazes de rejeitar a hipótese nula no seu estudo de correlação entre intolerância à ambiguidade e racismo em crianças do quarto e quinto ano do estado do Iowa. Davids (1955) tentou encontrar, sem sucesso, uma relação entre intolerância à ambiguidade e autoritarismo, num grupo de 20 licenciandos do género masculinos inquiridos através de entrevista clínica. Um ano mais tarde, o autor tenta novamente encontrar uma correlação, desta vez no ambiente formal de uma falsa entrevista de emprego, sem que os resultados se alterem (Davids, 1956).

Kenny e Ginsberg (1958), num estudo apenas com mulheres, testou a congruência de 13 medidas diferentes de intolerância à ambiguidade, encontrando apenas sete correlações significativas entre os itens dessas medidas e uma medida de submissão ao autoritarismo, de um total de 66 correlações, e sendo que duas das correlações assumiram o sentido oposto ao esperado. Tendo sido um dos primeiros a utilizar escalas psicométricas para aceder à intolerância à ambiguidade, este estudo viria a ser criticado exatamente pela operacionalização e ferramentas de medição utilizadas. Uma dessas ferramentas foi a Walk's A Scale, desenvolvida por Richard Walk e publicada por O'Connor (1952). Ehrlich (1965) critica o uso desta escala dada a sua falta de consistência interna, tendo o próprio Walk alertado para o desconhecimento sobre a confiabilidade da escala em correspondência com o autor. Referindo-se ao mesmo estudo, Bochner (1965) critica a forma como Kenny e Ginsberg (1958) incidem apenas em algumas das características da intolerância à ambiguidade, deixando de parte outras que fazem parte da definição original de Frenkel-Brunswik. Para o autor, as características da intolerância à ambiguidade podem ser divididas entre principais⁶ e secundárias⁷, as quais devem ser consideradas na sua totalidade.

Ao longo dos anos 50, com poucas exceções, a intolerância à ambiguidade foi sendo estudada através de testes laboratoriais e/ou clínicos, que incluíam testes de Rorschach (Davids, 1955), cartas com imagens (Smock, 1955) ou a percepção de distância de uma luz

⁶ Dicotomização rígida em categorias fixas ou "necessidade de categorização"; buscar a certeza e evitar a ambiguidade - "necessidade de certeza"; incapacidade de aceitar a coexistência de características positivas e negativas no mesmo objeto; aquiescência de atitudes que revelam uma visão preto-no-branco da realidade; preferência pelo familiar em detrimento ao desconhecido; rejeição ativa de elementos diferentes ou incomuns; resistência à inversão de estímulos aparentemente fluídos; seleção e manutenção precoce de uma solução para situações ambíguas; e fechamento prematuro.

⁷ Autoritarismo, dogmatismo, rigidez, mente fechada, preconceito étnico, falta de criatividade, ansiedade, suporte exacerbado de punições e agressividade.

difusa num quarto escuro (Block e Block, 1951). A escala de intolerância à ambiguidade de Budner (1962) vem, em larga medida, alterar o paradigma e introduzir as ferramentas psicométricas como o padrão na investigação com esta variável. Ao validar a sua escala, Budner correlaciona significativamente alta intolerância à ambiguidade com maior crença no divino, maior frequência de assistência a serviços religiosos, atitudes mais favoráveis à censura, autoritarismo e maquiavelismo (de notar que a escala de Budner foi administrada a 16 amostras diferentes para ser validada, sendo que nem todas responderam a todos os itens, e para aquelas que responderam nem todas tiveram uma correlação significativa em todos os testes). A criação da escala de Budner não significou o abandono total dos estudos de carácter clínico, como comprova o estudo de Zacker (1973), que replica os métodos e os resultados de Block e Block (1951) vinte anos mais tarde. Não obstante, esta e outras escalas têm vindo a ser o meio principal para aceder à intolerância à ambiguidade, sendo que a escala de Budner se tem destacado por ser a mais utilizada de entre todas (Furnham e Marks, 2013).

Em suporte à teoria da personalidade autoritária, e utilizando já escala de Budner, Feather (1969a) correlacionou a intolerância à ambiguidade com o apoio à intervenção norte-americana no Vietname do Sul e ao dogmatismo numa amostra de estudantes licenciandos dos Estados Unidos e da Austrália. O mesmo autor demonstrou a existência de uma correlação positiva entre intolerância à ambiguidade e preferência por informação consistente com a anteriormente apresentada e com menos interesse por informação nova em detrimento de informação familiar (Feather, 1969b). Igualmente, Kohn (1972) encontra uma correlação significativa entre a escala de Budner e a sua própria *Authoritarianism-Rebellion Scale*.

Ainda antes de Budner (1962) alterar o paradigma metodológico, Rokeach (1956) sugeriu um modelo que compete com a personalidade autoritária de Adorno e colegas e que põe em causa a relação linear entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo. De acordo com o autor, ao fazer equivaler conservadorismo, etnocentrismo e antissemitismo com o autoritarismo, Adorno e colegas excluem os indivíduos que, não tendo uma posição ideológica à direita do centro, apresentam também uma personalidade autoritária. Rokeach propõe então uma teoria geral que explica o autoritarismo qualquer que seja o conteúdo ideológico do indivíduo através da variável de personalidade *dogmatismo*. Numa amostra de alunos das universidades de Michigan e Nova Iorque, o autor encontrou as maiores taxas de dogmatismo e intolerância a outras opiniões entre conservadores e comunistas, apesar de valores altos na F-Scale e na escala de etnocentrismo se correlacionarem apenas com o primeiro grupo, dando suporte à hipótese de que a teoria de Adorno e colegas media apenas o autoritarismo de direita. Barker (1963) encontra suporte à hipótese de que indivíduos dogmáticos, qualquer que seja a sua posição ideológica, têm maiores níveis de intolerância à ambiguidade. Posteriormente, num estudo de indivíduos da classe trabalhadora britânica membros dos partidos Comunista ou Fascista, Eyseck e Coulter (1972) identificaram maiores

níveis de rigidez, autoritarismo e *tough-mindedness* nesses grupos quando comparados com um grupo de controle. Os comunistas revelaram-se os menos etnocêntricos e os mais radicais dos três grupos, enquanto os fascistas foram mais conservadores e abertamente agressivos. Neste estudo, os comunistas e os fascistas tiveram scores de intolerância à ambiguidade (medida pela escala de Coulter e pelo teste Cão-Gato⁸) superiores ao grupo de controle, sendo que essa diferença foi significativa apenas para os fascistas. Oferecendo suporte adicional à hipótese de McClosky e Chong (1985) encontraram maiores taxas de intolerância entre os indivíduos da extrema-esquerda e da extrema-direita, quando comparados com os moderados.

Stone (1980) faz uma crítica ao modelo dos extremos com base na sua análise da literatura sobre dogmatismo e autoritarismo. De acordo com o autor, o autoritarismo de esquerda é um mito, uma vez que a literatura consistentemente associou, até então, maiores níveis de autoritarismo e dogmatismo aos indivíduos de direita. Esse mito, o autor diz, surge de um "enviesamento centrista" que procura ver como patológico qualquer tipo de extremismo. Eyseck (1981) responde a Stone acusando-o de deixar de fora da sua análise estudos que suportam o modelo dos extremos e de ignorar certas características fascistas dos regimes e partidos comunistas, tais como o antissemitismo do governo soviético ou as atitudes racistas do partido comunista francês para com os argelinos.

Mesmo com o aparecimento do modelo dos extremos, o modelo da personalidade autoritária continuou a ser utilizado por vários autores nos anos seguintes ao texto de Rokeach, atraindo interesse na área do estudo da escolha de voto. Para as eleições presidenciais norte-americanas de 1960, Leventhal e colegas (1964) encontram uma relação positiva entre um score elevado na F Scale e voto no candidato republicano Richard Nixon. Kerpelman (1968) replicou esses resultados para as eleições presidenciais de 1964, reportando uma correlação positiva entre quatro escalas de autoritarismo e autocracia, incluindo a F Scale, e o voto em Barry Goldwater, o candidato republicano, numa amostra de estudantes de universidades em Illinois.

Estudos subsequentes continuaram a dar suporte à teoria da personalidade autoritária. Kirton (1978) procurou testar a correlação entre a sua versão da *C-Scale*, mais reduzida do que original introduzida por Wilson e Patterson em 1968, e duas escalas de intolerância à ambiguidade, a de Budner (1962) e a de MacDonald (1970). Enquanto a C-scale original

⁸ No teste de cão-gato, é mostrado ao indivíduo uma série de cartões, começando com um desenho de um cão que vai progressivamente se transformando num gato nos cartões subsequentes. Cada vez que um cartão é mostrado, o investigador pergunta ao indivíduo qual o animal que este vê no cartão. Depreende-se que os indivíduos que demoram mais tempo a observar um gato são aqueles com maior intolerância à ambiguidade.

apresentou uma pequena correlação negativa com a escala de Budner e uma correlação positiva com a escala de McDonald, a escala revista apresentou uma correlação positiva com ambas as escalas de intolerância à ambiguidade, ou seja, os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade foram também aqueles que apresentaram maior conservadorismo. Numa amostra de 143 estudantes da Universidade de Düsseldorf, a intolerância à ambiguidade foi também correlacionada positivamente com o conservadorismo político, dogmatismo e rigidez de pensamento (Ruch e Hehl, 1983). Ruch e Hehl (1986) encontrou uma correlação entre a intolerância à ambiguidade e a C-Scale original, rigidez e maquiavelismo. Em Baughn e Yaprak (1996), noutra amostra de estudantes universitários, a intolerância à ambiguidade foi superior para indivíduos com maiores níveis de nacionalismo económico; nacionalismo; e autoritarismo.

Em 1978, Jim Sidanius faz uma revisão dos trabalhos até então publicados nesta área e apresenta uma tipologia dos modelos teóricos que concorriam por essa altura para explicar a relação entre autoritarismo e as variáveis de personalidade como a intolerância à ambiguidade, ao mesmo tempo que apresentou o seu próprio modelo. Segundo o autor, o modelo apresentado por Adorno e colegas pode ser descrito como um modelo de conteúdo, por estabelecer uma relação (linear) entre valores concretos do conservadorismo e a intolerância à ambiguidade. Da crítica de Rokeach (1956) à teoria de Adorno e colegas (1950) surgiu o modelo dos extremos, no qual se postula que a intolerância à ambiguidade é maior para indivíduos tanto à esquerda como à direita do espectro político e menor para os indivíduos no centro, existindo assim uma relação curvilínea em forma de U entre as duas variáveis. Destas duas hipóteses, Sidanius retira uma terceira, a hipótese do contexto, de acordo com a qual os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade encontram-se no centro do espectro político, novamente numa relação curvilínea, desta vez em forma de campânula. Neste modelo, a intolerância à ambiguidade aparece relacionada com o conformismo e aquiescência à realidade sociopolítica em que o indivíduo se insere, sendo assim uma relação inversa àquela teorizada por Rokeach. No teste empírico à sua hipótese, o autor correlaciona positivamente a intolerância à ambiguidade (medida pela escala de Budner) com racismo, conservadorismo político-económico, repressão sexual e agressão autoritária. Em 32 comparações entre dimensões da escala de conservadorismo e da escala de intolerância à ambiguidade utilizadas, Sidanius encontrou 12 relações significativas, das quais oito eram puramente lineares, duas eram puramente curvilíneas e duas eram mistas. De acordo com o autor, muitas das outras relações tendiam para um modelo curvilíneo que suportava a hipótese de contexto. Fibert e Ressler (1998) tentaram testar o modelo de contexto numa amostra de 159 estudantes universitários israelitas, mais uma vez utilizando a escala de Budner. Os autores encontram uma diferença de médias significativas na intolerância à ambiguidade para os indivíduos dos quatro grupos considerados (extrema-

esquerda, esquerda moderada, direita moderada e extrema-direita) que parece dar algum suporte à hipótese, uma vez que os indivíduos da direita moderada são os que apresentam a maior intolerância à ambiguidade.

Na sua leitura sobre o tópico, Durrheim (1997) procura enquadrar os vários modelos no seu contexto histórico, pois, segundo este autor, os vários estudos realizados até então tinham tido objetivos tanto científicos como políticos e eram inevitavelmente imiscuídos pelas correntes de pensamento da sua época. Antes mesmo do trabalho de Frenkel-Brunswik (1948), apresentado aqui como seminal para esta área de estudo, o psicólogo nazi Jaensch (1938 *apud* Durrheim, 1997) já procurava as características de personalidade, consideradas por este como uma patologia, que explicavam o liberalismo. Else Frenkel-Brunswik, Adorno e colegas buscavam, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, perceber as motivações que levavam os indivíduos a aderir ao fascismo. Rokeach, ao trazer à mesa o autoritarismo de esquerda, citando a necessidade de alcançar uma teoria geral do autoritarismo, estava a responder ao contexto da Guerra Fria e ao *Red Scare* que se tinha implantado nos Estados Unidos dos anos 50. Para Durrheim, estes estudos sofrem de uma tensão constante: por um lado, procuram aceder à personalidade dos indivíduos para daí obter leis universais, aculturais e ahistóricas, e por outro pretendem fazer uma análise crítica de uma dada ideologia, construída de crenças necessariamente inscritas num momento histórico. Sidanius tentou precisamente ir para além desse contexto histórico estudando não o conteúdo da ideologia dos indivíduos mas os seus níveis de rejeição ou submissão à ideologia hegemónica, deixando de parte a análise crítica do conteúdo em si. O afastamento da análise crítica da relação entre personalidade e ideologia para uma abordagem cada vez mais universalista foi causada tanto por alterações políticas (da ameaça nazi à "vitória" da democracia ocidental, liberal e capitalista, passando pela ameaça comunista) como por alterações na ciência (cada vez mais focada em teorias universalistas e *data-crunching*). Para Durrheim, o culminar da atitude universalista para com a relação entre personalidade e ideologia foi atingida com Tetlock (1986). Neste texto defende-se que as ideologias são conjuntos de proposições teóricas sobre quais devem ser os objetivos das políticas públicas, podendo estas ser de duas ordens: monísticas, quando dão prioridade a um só objetivo; ou pluralistas, quando integram mais do que um objetivo fazendo compromissos entre eles. De acordo com o autor, o segundo grupo é aquele que apresenta processos cognitivos mais complexos. Durrheim (1998) propõe-se então a testar as quatro teorias. De acordo com os seus resultados, nenhum dos modelos é totalmente satisfatório, sendo que as quatro hipóteses são parcialmente suportadas pelos resultados. Com base nesta descoberta, o autor teoriza que "expressões de intolerância à ambiguidade podem estar relacionadas com os diferentes sentidos que conteúdos atitudinais e avaliativos podem ter para os indivíduos num dado contexto de cognição (p. 750)".

Já neste século, Jost e colegas (2003) conduziram uma meta-análise que procurou

aglutinar as diversas variáveis de personalidade que, ao longo dos anos, se descobriu predizerem o conservadorismo político, com vista a criar um modelo integrador. Marcando um retorno ao modelo de conteúdo, estes autores propõem que o conservadorismo político é adotado como forma de reduzir a ansiedade, o medo e a incerteza, num processo mediado por uma grande variedade de motivações sociocognitivas. Essas motivações dividem-se em três grandes grupos: motivações epistémicas (dogmatismo, intolerância à ambiguidade, evitamento da incerteza, necessidade por ordem, estrutura e *closure*), motivações existenciais (autoestima, prevenção da perda, *terror management*), e motivações ideológicas (racionalização do interesse próprio, justificação do sistema, e dominância grupal). Neste modelo, o conservadorismo político é constituído por duas dimensões, a resistência à mudança e o conforto com a desigualdade. Nesta meta-análise, os estudos reunidos indicam que a intolerância à ambiguidade tem uma correlação significativa e positiva com o conservadorismo político. A teoria integradora de Jost e colegas foi rapidamente criticada por Greenberg e Jonas (2003), os quais afirmam que as variáveis apontadas por Jost e colegas poderiam descrever qualquer indivíduo independentemente da sua posição ideológica e dependendo da ideologia dominante. Os autores apontam para o exemplo dos Estados Unidos e para a suposta defesa rígida dos valores liberais, fazendo menção ao conceito de politicamente correto. Da mesma forma como Jost e colegas (2003) espelham a teoria de Frenkel-Brunswik, Adorno e colegas, esta crítica apresenta claros paralelismos com as ressalvas feitas por Rokeach e o seu modelo dos extremos.

Apesar das críticas de Greenberg e Jonas (2003), a correlação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político continuou a ser replicada por vários autores. Kossowska e Van Hiel (2003) correlacionam a intolerância à ambiguidade positivamente com o conservadorismo cultural e o conservadorismo económico para uma amostra de 245 voluntários da Polónia e da Flandres. Quando analisados separadamente, só os indivíduos da Flandres seguem a associação esperada entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo económico. Em dois estudos paralelos, Crowson e colegas (2005) correlacionam o desconforto com ambiguidade com o autoritarismo de direita e com uma escala de liberalismo-conservadorismo. Jost e colegas (2007) correlacionam a escala de Budner negativamente com abertura a novas experiências e positivamente com perceção do mundo como sendo perigoso, *system threat*, conservadorismo político e extremismo ideológico. Em Choma e colegas (2012), a escala de Budner é correlacionada negativamente com liberalismo no geral, liberalismo social e liberalismo económico e correlacionada positivamente com conservadorismo social e dogmatismo. Kelemen e colegas (2014) verificam que, numa amostra de 1,000 adultos da Hungria, o desconforto com a ambiguidade está ligado ao autoritarismo e necessidade de ordem. Caparos e colegas (2015) encontram uma correlação positiva entre uma adaptação da escala de Budner (com apenas oito itens) e

uma ideologia mais à direita no espectro político. De Rojas (2015) encontra uma correlação positiva entre intolerância à ambiguidade e autoritarismo de direita, tendência para dominância social e homofobia para uma amostra de 279 jovens adultos do Peru. Okimoto e Gromet (2016), para uma amostra de 320 adultos dos Estados Unidos, encontram uma correlação positiva entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo medido através de autoposicionamento.

Como vimos, são abundantes os estudos sobre a relação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político, com estudos em todas as décadas desde os anos 40. Pelo contrário, a literatura que incide sobre a relação entre variáveis situacionais e o conservadorismo político é muito mais parca. Existem, no entanto, alguns exemplos, principalmente relacionados com a saliência da mortalidade. Greenberg e colegas (1992) e Castano e colegas (2011) descobriram que os indivíduos conservadores expostos à saliência da mortalidade tornaram-se ainda mais favoráveis aos indivíduos do seu próprio grupo e mais opostos ao grupo contrário, enquanto os liberais mantiveram o favorecimento por indivíduos do mesmo grupo ao mesmo tempo que se tornaram mais favoráveis em relação aos indivíduos do grupo oposto. Outra vertente de estudo associada a fatores situacionais procura aumentos no conservadorismo após eventos traumáticos, especialmente ataques terroristas. Bonanno and Jost (2006) descobriram que os indivíduos presentes nas imediações do *World Trade Center* no momento do ataque terrorista de 2001 e que estiveram em risco de vida ou entraram em contacto com feridos ou mortos reportaram uma deriva para o conservadorismo nos meses seguinte, independentemente da sua afinidade partidária. Os mesmos resultados foram demonstrados por Nail e McGregor (2009) para indivíduos que não estiveram em direto contacto com o atentado. Aproximando as duas tendências de estudos aqui descritas, Landau e colegas (2004) e Cohen e colegas (2005) notaram que o apoio ao presidente Bush aumentava quando os indivíduos eram lembrados da sua mortalidade. Fora dos Estados Unidos, Echebarria-Echabe e Fernández-Guede (2006) detetaram um aumento no conservadorismo, autoritarismo, sentimento anti-árabe e antisemitismo numa amostra de respondentes bascos no rescaldo dos atentados a 11 de março de 2004, em Madrid. Noutro contexto, Unnever e colegas (2007) testaram a hipótese de que o conservadorismo político e o punitivismo (sob a forma de suporte pela pena de morte e tribunais mais estritos) é maior em vítimas de crime, mas os seus resultados não apoiaram essa hipótese.

Tanto quanto foi possível apurar, não existem estudos sobre a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político em língua portuguesa, tampouco para a realidade portuguesa. O mesmo é verdade para a relação entre variáveis situacionais e conservadorismo político.

Capítulo 2 : Desenho de Pesquisa

Inserindo-se na tradição de procurar ligações entre as características de personalidade dos indivíduos e os seus valores políticos que temos vindo a descrever, estes dois estudos aqui apresentados pretendem, antes de mais, replicar a relação que a literatura sugere existir entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político. No entanto, procura-se ir além da tradicional correlação entre respostas a instrumentos psicométricos, introduzindo-se uma componente experimental no teste de relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político. Acrescenta-se para isso, no estudo 2, uma variável situacional através da qual se tenta aceder à forma como a personalidade dos indivíduos interage com novos estímulos e resulta na expressão de diferentes níveis conservadorismo. Neste caso, cada um dos estímulos é constituído por um conjunto de oito notícias, esperando-se que dois desses conjuntos sejam percebidos pelos indivíduos como uma mudança substancial no status quo, funcionando o terceiro como um estímulo de controlo.

Os objetivos dos dois estudos apresentados nesta dissertação são: (a) validar uma nova escala de conservadorismo político, que estabelece uma divisão entre conservadorismo situacional e autónomo e é aplicável no contexto português atual; (b) replicar a correlação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político obtida em estudos anteriores; (c) avaliar a adaptabilidade da relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político com os três modelos descritos no estado da arte e (d) explorar a relação entre a intolerância à ambiguidade, o conservadorismo político, e a exposição a potenciais disrupções do status quo.

Hipóteses

Ao longo da revisão da literatura, observou-se consistentemente uma correlação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político (ex.: Sidanius, 1978; Ruch e Hehl, 1983, 1986; Jost et al., 2003; Crowson et al., 2005; Jost et al., 2007; Choma et al., 2012; Kelemen et al., 2014; Caparos et al., 2015; Okimoto e Gromet, 2016). Apesar dessa vasta quantidade de estudos continuam a existir fraturas teóricas quanto à forma de modelar essa relação. Existem, como vimos, três modelos que pretendem explicar a relação entre as duas variáveis. Aqui interessa olhar para os pressupostos teóricos da definição bipartida de conservadorismo apresentada e a forma como estas se comparam aos modelos existentes. No conservadorismo situacional, parte-se do pressuposto que o indivíduo seria mais conservador quanto maior fosse a sua satisfação com o status quo. Esta definição aproxima-se à utilizada por Sidanius no seu modelo do contexto, que atribui aos indivíduos com maior

intolerância à ambiguidade uma maior afinidade ao status quo e uma menor vontade de mudança. Este modelo está na base da primeira hipótese desta dissertação.

H1: Existe uma relação linear entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo situacional (modelo do contexto);

Para o conservadorismo autónomo, o ponto de partida teórico é que o conservadorismo é tanto maior quanto maior for a afinidade do indivíduo à ideologia conservadora definida em termos concretos, tais como definidos, por exemplo, por Oakeshott (1991). Os modelos do conteúdo e dos extremos oferecem explicações distintas quanto à relação entre conservadorismo político quando definido desta forma e a intolerância à ambiguidade. No modelo de conteúdo, os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade tenderão a ser aqueles que apresentam um maior conservadorismo autónomo; enquanto no modelo dos extremos, os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade serão aqueles que se encontram nos antípodas do apoio por esses valores conservadores. Surgem assim duas hipóteses mutuamente exclusivas:

H2.1: Quanto maiores os níveis de intolerância à ambiguidade, maiores os níveis de conservadorismo autónomo (modelo de conteúdo);

H2.2: Quanto maior for o grau de intolerância à ambiguidade, maior a tendência para os indivíduos se situarem nos extremos da subescala de conservadorismo autónomo (modelo dos extremos);

Por fim, tendo em conta o desenho experimental utilizado nesta dissertação, nomeadamente no Estudo 2, surgem ainda hipóteses ligadas ao efeito moderador do contexto. Como vimos, a literatura é vaga quanto ao efeito de variáveis situacionais no conservadorismo político. Alguns estudos sugerem que estímulos situacionais como a saliência da mortalidade podem exacerbar a ideologia dos indivíduos, tornando os indivíduos conservadores ainda mais conservadores e os liberais ainda mais liberais. A literatura é ainda mais escassa no que toca ao potencial moderador dessas mesmas variáveis na relação entre conservadorismo político e variáveis de personalidade como a intolerância à ambiguidade. Desta forma, resta-nos fazer uma dedução tendo em conta os dados disponíveis e o carácter das ferramentas utilizadas. Segundo Budner (1962), a escala da intolerância à ambiguidade pretende medir a reação dos indivíduos a situações de novidade, complexidade e insolubilidade. Espera-se, neste caso, que os indivíduos com alta intolerância à ambiguidade reajam numa de quatro formas: negação fenomenológica (repressão no sentido Freudiano), submissão fenomenológica (ansiedade e desconforto), negação operativa (comportamento destrutivo ou reconstrutivo) e submissão operativa (evitamento da situação). O conservadorismo, segundo Jost e colegas (2003), seria uma das formas do indivíduo colmatar estas necessidades epistemológicas. Espera-se então que:

Quadro 2.1 - Escalas utilizadas para medir o conservadorismo político

Ano	Escala	Autor	Nº de Itens
1950	<i>F-Scale</i>	Adorno e colegas	30
1968	<i>C-Scale</i>	Wilson & Patterson	50
1974	<i>Authoritarianism-rebelliousness Scale</i>	Kohn	30
1978	<i>C-scale short-form</i>	Kirton	30
1994	<i>SDO Scale</i>	Pratto e colegas	14
1996	<i>General Conservatism Scale</i>	Henningham	12
1998	<i>RWA Scale</i>	Altemeyer	30
2005	<i>RWA Scale short-form</i>	Zakrisson	15
2013	<i>Social and Economic Conservatism Scale</i>	Everett	12

H3: Enquanto os indivíduos com baixa intolerância à ambiguidade não apresentarão diferenças em termos de conservadorismo situacional quando expostos a diferentes tipos de informação, para os altamente intolerantes este conservadorismo será mais explícito quando os indivíduos forem expostos a informação de natureza não política, que cria uma sensação de grande mudança de natureza negativa.

Medição da Variável Dependente: Escala de Conservadorismo Político

A literatura utiliza tradicionalmente três abordagens diferentes para medir o conservadorismo (Everett, 2013). A primeira abordagem utiliza escalas como a *C-Scale* (Wilson e Patterson, 1968), em que se pede aos indivíduos que revelem o seu nível de concordância ou discordância com uma série de afirmações ou conceitos associados ao conservadorismo. Estas escalas podem medir o conservadorismo como um eixo isolado (do pouco ao muito conservador) ou o conservadorismo como parte de um eixo, como é o caso da *Authoritarianism-rebelliousness Scale*. A segunda abordagem utiliza um único item, pedindo-se aos indivíduos que se coloquem numa escala, com diferentes numerações, que vai de liberal a conservador. Nesta abordagem, o investigador está dependente da forma como o indivíduo se define, a qual pode ser bastante distinta dos valores que defende (Everett, 2013). Na terceira abordagem, encontramos duas escalas clássicas, a *Social Dominance Orientation (SDO) Scale* e a *Right- Wing Authoritarianism (RWA) Scale*. Estas escalas não medem o conservadorismo diretamente, focando-se em dimensões que se pensam estar relacionadas com o conservadorismo (Everett, 2013). O quadro 2.1 apresenta um resumo das várias escalas que foram sendo utilizadas ao longo das últimas décadas.

Quadro 2.2 - Itens da escala de conservadorismo usada nos Estudos 1 e 2

Conservadorismo Situacional	Conservadorismo Autónomo
S1 <i>É bom que cada vez mais se questione o que significa ser do género masculino ou feminino</i>	A1 Os costumes e as tradições devem ser abandonados se estiverem a atrapalhar o progresso social
S2 Devemos proteger os valores portugueses e ocidentais	A2 <i>Através de leis e políticas podemos criar uma Humanidade melhor</i>
S3 Devemos aceitar como naturais as diferenças que existem entre ricos e pobres no nosso país	A3 A principal função do Estado é mediar conflitos entre os cidadãos
S4 Qualquer pessoa que vive no nosso país tem, desde que se esforce, oportunidades para melhorar as suas condições de vida	A4 O Estado deve ficar o mais longe possível da vida privada dos cidadãos
S5 No geral, em Portugal os homossexuais têm pouco do que se queixar no que toca à igualdade	A5 <i>Precisamos de mais rebeldes com ideias sobre como mudar as coisas para melhor</i>
S6 Certas divisões entre grupos da sociedade são naturais e não devemos tentar alterá-las	A6 <i>Um bom político é aquele que encaminha a sociedade no sentido certo</i>
S7 <i>A família composta apenas por um pai e uma mãe é um conceito ultrapassado</i>	A7 Cada um de nós pode contribuir para um mundo melhor, mas no fim é o Estado quem tem a capacidade para o realizar
S8 O sistema económico que temos não é perfeito, mas é o melhor possível	A8 <i>A igualdade entre os cidadãos é o fim último de uma sociedade</i>
S9 Radicalismos como o Fascismo e o Comunismo são igualmente perigosos para o nosso país	A9 Quem define a moral são as pessoas, não o Estado
S10 <i>Tradições ultrapassadas como a tourada deveriam ser abandonadas</i>	A10 Um bom governo governa pouco
S11 <i>Em Portugal ainda temos um longo caminho a percorrer no que toca aos direitos das minorias étnicas</i>	A11 <i>A lei deve promover mudanças na sociedade</i>
S12 <i>Portugal e a sua cultura beneficiariam se recebêssemos mais imigrantes</i>	A12 As políticas do Estado devem basear-se em conhecimento adquirido ao longo do tempo e não em novas teorias

Itens a itálico são codificados inversamente

Para o presente estudo, o uso da *SDO-scale* e *RWA-scale* foi posto de parte por não se tratarem de medidas diretas do conservadorismo político. Igualmente, rejeitou-se o autopoicionamento por se suportar demasiado na capacidade do indivíduo se colocar no espectro político e por depender da sua percepção do contexto em que se insere. Tal como vimos em Knutsen (1997), o autopoicionamento está sujeito à influência de fatores como a afinidade partidária. Optou-se então por utilizar uma escala tal como a de Wilson e Patterson (1968). Todavia, nenhuma das escalas existentes se mostrou satisfatória, carecendo estas de atualidade, adaptabilidade ao contexto português e distinção clara entre conservadorismo situacional e autónomo, tal como foi discutido na conceptualização.

Foi deste modo necessário construir uma nova escala, para a qual foram criados 24 itens com base numa avaliação qualitativa dos itens das escalas existentes e da literatura discutida nas secções anteriores deste texto. Os itens foram divididos em duas escalas que representam o conservadorismo autónomo e o conservadorismo situacional. Da forma como foram definidos, os itens relativos ao conservadorismo situacional avaliam a afinidade dos respondentes ao status quo e a sua aversão à mudança enquanto os itens de conservadorismo autónomo avaliam o seu suporte por um conjunto de valores considerados como sendo conservadores qualquer que seja o contexto histórico ou temporal. Aos respondentes foi pedido que classificassem as afirmações do quadro 2.2 numa escala de likerte de um (discordo totalmente) a cinco (concordo totalmente). Depois de recodificar os itens que estão invertidos (ver legenda do quadro 2.2), foi calculado um score correspondente à média aritmética dos 24 itens. A escala está desenhada de forma a que, quanto maior o score, maior se presume ser o conservadorismo do respondente.

Medição da Variável Independente: Escala de Intolerância à Ambiguidade

Tendo em conta que se trata de uma variável que vem sendo utilizada desde os anos 40, existe um grande leque de escalas psicométricas que se propõe medir a intolerância à ambiguidade. Para além das múltiplas escalas apresentadas no quadro 2.3, a intolerância à ambiguidade é ainda medida por subescalas incluídas em questionários que pretendem inventariar grandes quantidades de variáveis de personalidade, tal como em Crowson e colegas (2005) onde é utilizada a parte do *Attitudes, Beliefs, and Experiences Survey* referente à Intolerância à Ambiguidade (estes casos não foram incluídos no quadro 2.3, na página seguinte).

A escala de Budner (1962) foi selecionada para este estudo pela sua brevidade, por ser a mais utilizada pela literatura revista e pela sua consistência longitudinal (correlação de 0,85 na repetição do teste dois meses depois do primeiro teste), um aspeto importante quando se procura medir variáveis de personalidade que se deduzem estáveis no curto-médio prazo.

Quadro 2.3 - Escalas utilizadas para medir a intolerância à ambiguidade

Ano	Escala	Autor	Nº de Itens
1952	<i>Walk's A Scale</i>	O'Connor	8
1962	<i>Tolerance of Ambiguity Scale</i>	Budner	16
1970	<i>AT-20</i>	McDonald	20
1975	<i>MAT 50</i>	Norton	61
1993	<i>MSTAT-I</i>	McLain	22
1997	<i>Attitudinal Ambiguity Tolerance Scale</i>	Durheim & Foster	45
1999	<i>Rasch model At-20</i>	Lange & Houran	18
2002	<i>Intolerance of Ambiguity Scale</i>	Buhr & Dugas	27
2009	<i>MSTAT-II</i>	McLain	13
2010	<i>The Tolerance of ambiguity Scale</i>	Herman e colegas	12

Não obstante as suas vantagens, a escala tem também uma baixa consistência interna (0,49 no artigo de Budner e 0,59 na revisão de Furnham, 1994), facto pelo qual tem sido criticada por autores como Ray (1981, 1988), o qual vinca o facto dos itens negativos e positivos da escala não se correlacionarem. Em resposta a Ray (1988), Sidanius (1988) argumenta que a escala de Budner tem uma boa validade de constructo, comprovada pela sua correlação com várias outras escalas de intolerância à ambiguidade e rankings de indivíduos com base em histórias de vida, para além das várias correlações encontradas durante a revisão de literatura. Furnham e Ribchester (1995) concordam que a escala de Budner apresenta validade concomitante, de conteúdo e de constructo.

Segundo o próprio Stanley Budner, a sua escala é multidimensional de modo a refletir a complexidade do constructo, o que pode explicar a fraca correlação mútua entre os itens. Os 16 itens da escala foram classificados pelo autor com base no tipo de situação (novidade, complexidade e insolubilidade) e no tipo de resposta a que procuram aceder (fenomenológica, operativa, submissa ou de negação). Os termos fenomenológico e operativo referem-se aos dois *loci* em que a resposta pode acontecer, ao nível dos sentimentos e perceções do indivíduo ou ao nível dos objetos reais ou sociais; enquanto a negação ou submissão designam o tipo de reação que uma situação ambígua pode despoletar. Assim temos quatro categorias de respostas: negação fenomenológica (repressão no sentido Freudiano), submissão fenomenológica (ansiedade e desconforto), negação operativa (comportamento destrutivo ou reconstrutivo) e submissão operativa (evitamento da situação).

No preenchimento da escala de Budner, os respondentes utilizam uma escala de likert de um (discordo totalmente) a seis (concordo totalmente) para definirem a sua concordância ou discordância com 16 afirmações. Foi calculado um score (a média

aritmética) para cada um dos indivíduos, sendo que a segunda metade das afirmações (as que expressam tolerância) é cotada inversamente. Quanto maior o score ou média aritmética do indivíduo, maior a sua intolerância à ambiguidade. Para o uso nos estudos descritos nesta dissertação, a escala de intolerância à ambiguidade foi traduzida para a língua portuguesa. De modo a manter a consistência no sentido dos seus itens, a tradução do inglês foi retraduzida do português para o inglês por alguém que nunca tinha tido acesso à escala original, comparando-se a versão original e a versão retraduzida para encontrar possíveis discrepâncias. No final, as diferenças entre as afirmações originais e as retraduzidas resumiram-se a questões de construção frásica que não afetaram o seu sentido geral (a escala original, a tradução e a retradução da escala podem ser consultadas no anexo A).

Método

Para testar as hipóteses aqui apresentadas, foram desenhados dois estudos, distintos no seu desenho, nos métodos analisados e nas populações abordadas.

No estudo 1, de natureza correlacional e com recurso a uma amostra de conveniência, pretendeu-se validar a nova escala de conservadorismo através da comparação com a escala de Henningham (para fins de validação de conteúdo) e da análise da sua consistência interna e dos seus componentes principais, ao mesmo tempo que se testa a relação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político. A escala de Henningham foi escolhida para esta tarefa por ser uma das mais recentes, ter uma boa validade interna, ser de fácil tradução pelo tamanho reduzido dos seus itens e por medir diretamente o conservadorismo (ao contrário de escalas como a SDO e RWA) sem confiar no autoposicionamento do respondente. Esta escala é constituída por 12 itens, sendo pedido aos respondentes que indiquem, numa escala de um (totalmente desfavorável) a cinco (totalmente favorável), o seu apoio a certas políticas ou conceitos (ex.: pena de morte; para consultar a escala completa na versão original e traduzida, cf. Anexo B).

A recolha dos dados foi realizada num momento único, no contexto de sala de aula a alunos do primeiro ano da licenciatura de Ciência Política do ISCTE-IUL, em dezembro de 2017, tendo sido pedido aos indivíduos da amostra que preenchessem a escala de intolerância à ambiguidade (traduzida), a escala de conservadorismo de Henningham (traduzida) e a nova escala de conservadorismo, por essa ordem, em formato papel.

A amostra final corresponde aos 40 indivíduos abordados inicialmente, 20 do género feminino e 19 do género masculino, tendo havido uma não resposta para essa questão. Não existem diferenças significativas de médias para as escalas utilizadas entre o género, à exceção da subescala de conservadorismo situacional ($\bar{x}=2,63$ para o feminino e $\bar{x}=3,07$ para

o masculino, $t=-2,45$, $p=0,02$, $N=39$). Apenas 37 respondentes completaram a escala de intolerância à ambiguidade por inteiro, pelo que todos os resultados que envolvam essa escala são relativos apenas a esses indivíduos.

No estudo 2, passamos para um desenho experimental de modo a testar se uma variável situacional é capaz de influenciar a relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político encontrada na literatura. Assim, vai-se além do que foi feito no estudo 1 ao testar a correlação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político num cenário em que cada respondente foi exposto aleatoriamente a um de três diferentes estímulos. A função e o formato do estímulo serão discutidos mais à frente no texto.

No geral, o desenho deste estudo pode ser classificado como questionário experimental, uma vez que os indivíduos são consignados aleatoriamente a um grupo de controlo ou a um ou mais grupos experimentais. Neste formato, o investigador introduz uma forma de manipulação ou tratamento que permite, no final, extrair inferências sobre relações de causa-efeito entre as variáveis. Nas palavras de Gaines e colegas (2007): "Political scientists use survey experiments to identify how citizens make decisions and respond to real-world political objects, in order to enhance understanding of politics. (p. 2)"

Outra particularidade deste estudo é a realização de um questionário administrado através da Internet. No geral, conduzir questionários através da Internet traduz-se numa maior eficiência no trabalho do pesquisador, que deixa de ter de desenhar, imprimir e distribuir o questionário. Isto faz com que a sua aplicação se torne mais rápida, ecológica e barata comparada com outras técnicas como o questionário enviado pelo correio ou realizado cara-a-cara. Os questionários via web são ainda mais acessíveis aos respondentes, tendo um alcance global, potenciando a diversidade da amostra. O suporte informático permite incluir no questionário estímulos audiovisuais (Orr, 2005), uma característica particularmente interessante por permitir esbater as fronteiras entre questionários e estudos em laboratório. Além disso, os questionários online permitem testar hipóteses em ambientes "reais", em contraste com locais mais artificiais como o laboratório, promovendo assim respostas mais genuínas (Gaines et al., 2007).

No entanto, é preciso também admitir as limitações deste método. Um problema que pode surgir com a realização do questionário online é a falta de controlo do investigador sobre o ambiente em que este é respondido, diferente do que aconteceria num questionário cara-a-cara. Em Clifford e Jerit (2014), os indivíduos que responderam ao questionário online reportaram maiores níveis de distração durante o preenchimento do questionário, incluindo distrações com o telefone, a Internet, TV, música ou terceiros quando comparados ao grupo que realizou o questionário em laboratório. Outro problema dos questionários online é a amostragem e a subsequente capacidade de generalizar para a população. À partida, a amostra de um questionário online estará sempre restringida a indivíduos com acesso à

internet, estando assim sujeitos ao erro por não-observação. Neste caso, o maior problema para o investigador é não ser possível garantir que as populações com e sem acesso à Internet sejam idênticas, havendo, pelo contrário, fortes indícios que estas sejam distintas em idade, género, participação política, entre outras variáveis (Orr, 2005). Para o primeiro problema, a solução foi incluir no questionário uma pergunta de memória para avaliar a atenção dos respondentes. No caso do segundo, o próprio desenho experimental do estudo põe de parte a necessidade de uma amostra representativa do universo populacional.

O estudo 2 apresenta um desenho com quatro momentos fundamentais, começando o respondente por preencher a escala de intolerância à ambiguidade. De seguida, é introduzido o estímulo, sendo pedido ao respondente que leia atentamente oito noticiais no formato de publicações do Twitter e Facebook. Esse formato inclui um título e uma pequena descrição da notícia e corresponde de forma aproximada ao design descaracterizado que dois periódicos portugueses de grande circulação (*Público* e *Expresso*) utilizam para as suas publicações em redes sociais (ver o Anexo C para um exemplo). Todas as decisões relativas ao formato foram tomadas tendo em conta que o questionário seria realizado em formato digital e com a intenção de aumentar a imersão do respondente. Em baixo, apresenta-se uma descrição dos estímulos, bem como da forma como se espera que os respondentes os percecionem (para consultar os títulos e *leads* utilizados em cada uma das 24 notícias apresentadas cf. Anexo D):

Estímulo político-social, com notícias sobre tópicos relacionados com questões de género, direitos LGBT, religião, cultura, toxicodependência e educação sexual. Pela forma como foi construído, espera-se que este estímulo seja classificado pelos indivíduos como sendo uma mudança moderada a grande no status quo. Uma vez que a forma como os respondentes avaliam essa mudança depende das suas crenças, esperam-se respostas mais mistas quando na questão relativa ao sentido dessa mudança;

Estímulo apolítico, com notícias sem pendor político, mas com um conteúdo suscetível de criar ansiedade, incluindo referências a fenómenos climáticos extremos, destruição ambiental, doenças e armamento. Mais uma vez, este estímulo foi desenhado para representar grandes mudanças sociais. No entanto, dado o carácter ameaçador das notícias, é esperado que a maior parte dos respondentes considere que essa mudança é negativa.

Estímulo neutro, com notícias presumidamente inócuas ligadas à gastronomia, lazer e outros temas genéricos. Para este estímulo, parte-se do pressuposto que os respondentes, se considerarem existir uma mudança, a avaliarão como neutra ou positiva.

Num terceiro momento, é pedido ao indivíduo que preencha a escala de conservadorismo político criada especificamente para esta dissertação. Como vimos no estado da arte, todos os estudos que estabeleceram uma correlação entre conservadorismo político e intolerância à ambiguidade fizeram-no partindo do pressuposto de que a primeira era a variável dependente e a segunda a variável independente. Este pressuposto sustenta-se no facto da intolerância à ambiguidade ser uma componente da personalidade dos indivíduos e, deste modo, uma variável mais consistente ao longo do tempo (recorde-se que Stanley Budner teve o cuidado de verificar a consistência longitudinal da sua escala de intolerância à ambiguidade aquando da sua validação). Por seu lado, os valores políticos tendem a ser mais voláteis ao longo do tempo. Assim, neste estudo parte-se do princípio de que, a existir uma relação de moderação por uma variável situacional na relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político, essa influência será resultado de uma interação entre intolerância à ambiguidade e a variável situacional com expressão no conservadorismo político do respondente e não no sentido de uma interação entre o conservadorismo político e a variável situacional com expressão na intolerância à ambiguidade. Este pressuposto está na base da ordem pela qual foram apresentadas as duas escalas e o estímulo ao respondente.

No final do questionário, foram feitas algumas perguntas de modo a aferir a atenção prestada pelo respondente durante a apresentação do estímulo e a forma como este avaliou as notícias apresentadas. A atenção do respondente foi acedida através de duas perguntas de escolha múltipla. Numa delas apresentaram-se três títulos de notícias, pedindo-se ao respondente que escolha aquela que foi apresentada; sendo a segunda questão um exercício semelhante, pedindo-se desta vez que seja escolhida a notícia que não foi apresentada. Duas outras perguntas de escolha múltipla foram incluídas para que o indivíduo pudesse classificar as notícias quanto à medida em que estas representam uma mudança relativa ao atual status quo (nenhuma mudança, alguma mudança ou grande mudança). No caso de o respondente considerar que existiu alguma mudança ou uma grande mudança, foi-lhe pedido que indicasse o sentido dessa mudança (neutro, positivo, ou negativo). Estas duas perguntas têm como principal objetivo determinar se a perceção dos estímulos pelos respondentes vai de encontro ao esperado aquando da sua construção. A fechar o questionário, perguntou-se aos indivíduos o seu género e idade. O primeiro e o terceiro momentos foram iguais para todos os participantes. A maior variação ocorre no segundo momento, quando o indivíduo foi exposto a um dos três estímulos diferentes. O quarto momento varia também, consoante o estímulo apresentado, uma vez que as respostas de memória mencionadas anteriormente são relativas aos estímulos, existindo assim três versões distintas.

Quadro 2.4 - Diferenças entre grupos experimentais

		Político-Social	Apolítico	Neutro		<i>sig</i>
Total		36	48	33		
Feminino	N=	24	32	19		
Masculino		9	16	12		
Outro		3	0	2	r=0,43	0,312 ^a
Idade	\bar{x} =	30,66	28,48	31,70	F=1,25	0,290 ^b
Intolerância à ambiguidade		3,16	2,91	2,92	F=3,42	0,036 ^b
Conservadorismo		2,58	2,56	2,64	F=0,30	0,739 ^b
Situacional		2,61	2,51	2,67	F=0,59	0,588 ^b
Autônomo		2,55	2,61	2,61	F=0,34	0,711 ^b

a. Qui-quadrado de Pearson b. Análise de variância

O questionário foi preenchido online sem a presença do investigador. Aos respondentes recrutados foi enviado um *link* para uma página web com um pequeno agradecimento pela sua colaboração. Nessa página, era pedido ao respondente que clicasse numa hiperligação para começar o questionário. Através do uso de um *javascript*, essa hiperligação abria uma nova janela com uma das três versões do questionário. Os participantes foram recrutados através do método bola de neve, i. e., reunindo-se um grupo de contactos aos quais foi pedido que respondessem ao questionário e que o remetessem para novos respondentes. Tendo em conta a imprevisibilidade deste método quanto ao número de indivíduos alcançáveis, optou-se por não definir, à partida, o tamanho da amostra, estabelecendo-se apenas a necessidade de obter 30 respondentes para cada um dos três grupos experimentais para potenciar a análise estatística.

Da amostra final de 119 indivíduos⁹, 75 são do género feminino (63%), 37 do masculino (31,1%), dois definiram-se como não-binário (1,7%), dois como agénero (1,7%) e uma como trans-feminino (0,8%) (as três últimas categorias foram agrupadas para simplificar a análise estatística). A idade dos respondentes está entre os 19 e os 65 anos, com uma média de 30,07, mediana de 26 e um desvio-padrão de 9,44. A maior parte dos respondentes encontra-se abaixo da média de idades (68,9%). No que toca aos grupos experimentais, 36 respondentes foram expostos ao estímulo político-social, 48 ao estímulo apolítico e 33 ao

⁹ No final da experiência tinham sido obtidas 122 respostas válidas ao questionário online. Nas duas perguntas de memória, que testavam a atenção do respondente durante o estímulo, apenas três indivíduos não acertaram nenhuma das duas perguntas (2,5%), tendo a vasta maioria acertado todas as questões (86,9%). Os três respondentes que erraram ambas as questões foram excluídos da análise, sendo a dimensão final da amostra de estudo $N=119$.

Quadro 2.5 - Percepção dos estímulos por parte dos respondentes

	Houve alguma mudança?	Se houve mudança, esta foi:
Estímulo político-social	Nenhuma 0%	Neutra 36,84%
	Alguma 78,95%	Negativa 0,00%
	Muita 21,05%	Positiva 63,16%
Estímulo apolítico	Nenhuma 12,50%	Neutra 16,67%
	Alguma 54,17%	Negativa 76,19%
	Muita 33,33%	Positiva 7,14%
Estímulo neutro	Nenhuma 18,18	Neutra 22,22%
	Alguma 78,79%	Negativa 7,41%
	Muita 3,03%	Positiva 70,37%

estímulo neutro. O quadro 2.4 apresenta dados detalhados sobre as características de cada grupo experimental. No caso do género, a composição dos grupos é semelhante. De igual forma, também não existiu uma diferença significativa na média de idade dos respondentes de cada um dos grupos experimentais. Foi, contudo, observada uma diferença significativa nos níveis de intolerância à ambiguidade dos três grupos.

Entre as últimas questões do questionário, era pedido aos respondentes que classificassem o estímulo apresentado relativamente à mudança que este significava para o status quo e, de seguida, que avaliassem essa mudança como neutra, negativa ou positiva. Estas questões, com especial enfoque na primeira, têm como função verificar se o estímulo foi percebido pelo indivíduo da maneira que se espera. No quadro 2.5 são mostrados os resultados relativos a essas duas perguntas em que os respondentes podiam classificar o estímulo quanto à mudança que este representa em relação ao status quo e quanto à valoração dessa mudança (neutra, negativa ou positiva). No geral, os resultados neste campo apenas se desviaram daquilo que era previsto no facto de nenhum respondente ter valorado como negativo o estímulo político-social, porquanto se esperava que os resultados fossem mais polarizados. Para esse estímulo verificou-se ainda que todos os respondentes consideraram haver pelo menos alguma mudança, tal como se esperava. Para o estímulo apolítico, confirmou-se a suposição de que as notícias seriam avaliadas como constituindo uma mudança grande e negativa. Por fim, o estímulo neutro registou o menor número de respondentes que indicaram existir uma grande mudança, tendo esta sido definida como positiva na grande maioria dos casos. Tendo em conta que este estímulo funciona como controlo da manipulação, estes resultados são também de acordo com o esperado.

Capítulo 3 : Resultados

Depois de recolhidos os dois conjuntos de dados, foram realizados diversos testes estatísticos de modo a testar as hipóteses avançadas no capítulo 2. Neste capítulo, apresentam-se os principais resultados obtidos, seguidos de uma discussão das implicações destes resultados para o entendimento do fenómeno em estudo.

Estudo 1

Uma vez que um dos objetivos do estudo 1 é a validação da nova escala de conservadorismo político e da tradução para a língua portuguesa da escala da intolerância à ambiguidade, começou-se por fazer um teste de consistência interna a essas ferramentas. Tal como era esperado, a escala de intolerância à ambiguidade apresentou uma consistência interna baixa (0,58), confirmando-se a crítica de Ray (1984, 1988) segundo a qual os itens positivos e negativos não estão correlacionados ($r = -0,57$; $p = 0,73$). Através da remoção dos itens 14 e 15 foi possível obter um alfa superior, de 0,65. De seguida, foram testados os 24 itens da escala de conservadorismo, tendo sido obtido um alfa de 0,70; menor do que outras escalas atualmente utilizadas, como é o caso da escala de Henningham, mas também da *Social and Economic Conservatism Scale* ($\alpha = 0,88$). A rotação Varimax (ver quadro 3.1 na página seguinte) sugere uma redução da escala para 15 itens divididos entre dimensões, duas delas situacionais [Relações Intergrupais (RI: itens S1, S3, S6, S11 e S12) e Sistema Económico (SE: itens S4, S8 e S9)] e três autónomas [Tipo de Governo (TG: itens A4, A5 e A10); Estabilidade vs. Rutura (ER: itens A1, A12); Responsabilidade Estatal vs. Individual (EI: itens A2, A9)]. A divisão da escala em cinco dimensões e duas subescalas, tal como no caso da escala de Budner, pode explicar a menor consistência interna da nova escala quando comparada com outras escalas existentes. Para a escala de Henningham, utilizada aqui como padrão-ouro para comparação com a nova escala, foi obtido um alfa semelhante ao encontrado pelo próprio autor (0,76 no presente estudo e 0,74 no estudo de Henningham).

As duas escalas de conservadorismo apresentaram uma forte correlação positiva ($r=0,70$; $p=0,00$). A escala de Henningham correlacionou-se ainda com ambas as subescalas, sendo que esta foi mais forte para com a subescala situacional ($r=0,72$; $p=0,00$) do que para a subescala autónoma: ($r=0,34$; $p=0,03$). No geral, as duas escalas aparentam medir construtos que se sobrepõe em grande medida, tal como era desejado para a validação da nova escala de conservadorismo.

Quadro 3.1 - Dimensões para cada uma das subescalas (rotação Varimax)

	Item	Factor load			Item	Factor load		
		RI	SE			TG	ER	EI
Conservadorismo Situacional	S1	,785	-,054	Conservadorismo Autónomo	A4	,841	,088	-,129
	S6	,703	,258		A10	,776	,083	,240
	S1	,674	,156		A5	,716	-,325	,271
	S3	,625	,181		A2	,007	,833	,003
	S12	,595	-,513		A9	-,012	,809	-,012
	S9	-,020	,838		A12	,009	-,109	,819
	S4	,252	,724		A1	,206	,104	,805
	S8	,168	,649					

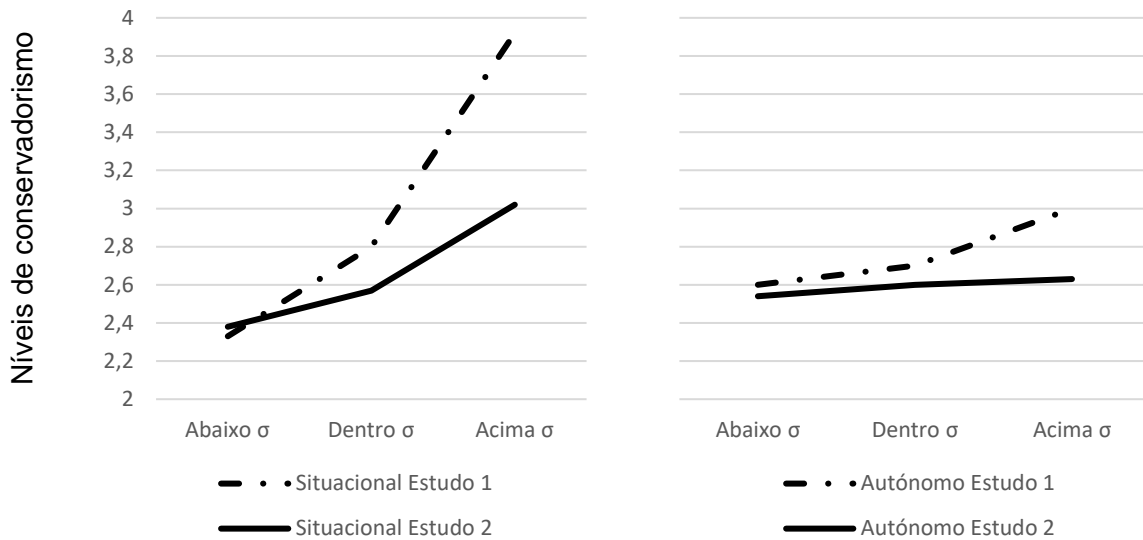
RI – relações intragrupo; SE – sistema económico; TG – tipo de governo; ER – estabilidade vs. Rutura; EI – responsabilidade estatal vs. individual.

Nota: O conteúdo de cada um dos itens é apresentado no Quadro 2.2.

A escala de intolerância à ambiguidade apresentou apenas uma correlação de força média e sentido positivo com a subescala situacional ($r=0,42$; $p=0,01$)¹⁰. Para explorar esta relação de forma mais aprofundada, os respondentes foram organizados em três grupos de acordo com o seu nível de intolerância à ambiguidade. Os indivíduos que ficaram acima ou abaixo do desvio-padrão foram agrupados, respetivamente, como tendo alta e baixa intolerância à ambiguidade, enquanto os indivíduos que ficaram dentro do desvio-padrão foram rotulados como tendo uma intolerância à ambiguidade moderada. De uma análise de variância conclui-se que existe uma diferença significativa de médias para os três grupos no que toca ao score na subescala situacional (baixo=2,33; moderado=2,80 e alto=3,92; $F=7,95$; $p=0,01$), acontecendo o mesmo para cada uma das duas dimensões da subescala situacional, em suporte à hipótese 1. Pelo contrário, não existiu uma diferença significativa de médias para o conservadorismo autónomo, apesar dos valores irem de encontro ao modelo do conteúdo (baixo=2,60; moderado=2,70 e alto=3,00; $F=0,943$; $p=0,34$). Um teste semelhante foi realizado no estudo 2, estando os dados para ambos os estudos esquematizados na figura 3.1.

¹⁰ No Anexo E, são apresentados os alfas de cada uma das escalas, para as subescalas situacional e autónoma e para as dimensões das duas escalas de conservadorismo, bem como as correlações entre os seus scores.

Figura 3.1 - Conservadorismo nos indivíduos com baixa, moderada e alta intolerância à ambiguidade



Estudo 2

Tal como no estudo 2, começou-se por olhar para a consistência interna das ferramentas utilizadas. A escala de intolerância à ambiguidade apresentou um alfa de 0,62; superior à obtida por Budner em 1962. Apenas o item 2 (“Não existem problemas que não possam ser resolvidos”) contribuiu para que a consistência interna fosse menor, sendo que o alfa seria de 0,63 se este item fosse excluído. Por seu lado, a escala de conservadorismo de 24 itens obteve uma consistência interna de 0,76. No entanto, a consistência foi consideravelmente maior no caso da subescala de conservadorismo situacional (0,78) do que no caso da subescala de conservadorismo autónomo (0,44), tal como já tinha acontecido no estudo 1. Para a primeira subescala, constatou-se que nenhum dos itens contribuiu para uma redução da sua consistência interna. Pelo contrário, no caso da subescala do conservadorismo autónomo, os itens 7, 8, 12, 14, 19 e 24 contribuem para diminuir a consistência interna, sendo possível obter um alfa de 0,61 se esses itens forem retirados. Optou-se por manter a subescala intacta, criando-se uma nova variável (apelidada de conservadorismo autónomo alfamax), utilizado em conjunto com a subescala completa no teste das estatísticas efetuados. Verificou-se uma pequena correlação entre a intolerância à ambiguidade e a escala de conservadorismo completa ($r=0,23$ $p=0,01$). Ao dividir a análise, verificou-se que a correlação acontece apenas com a subescala situacional ($r=0,26$; $p=0,01$) e não com a subescala autónoma ($r=0,09$; $p=0,35$). Para testar as hipóteses 1 e 2, e tal como já tinha sido feito no estudo 1, dividiu-se os indivíduos em três grupos de acordo com a sua intolerância à ambiguidade (baixa, moderada e alta), tendo o desvio-padrão como ponto de corte. Verificou-

Quadro 3.2 - Diferenças no conservadorismo situacional entre grupos experimentais

	Político-Social	Apolítico	Neutro		<i>sig</i>
Baixa	$\bar{x}=2,50$	$\bar{x}=2,43$	$\bar{x}=2,45$	F=0,564	0,946
intolerância à ambiguidade	☒	☒		t=0,323	0,749
	☒		☒	t=0,230	0,819
		☒	☒	t=-0,092	0,927
Alta	$\bar{x}=2,74$	$\bar{x}=2,55$	$\bar{x}=2,93$	F=1,787	0,176
intolerância à ambiguidade	☒	☒		t=0,882	0,382
	☒		☒	t=-1,094	0,282
		☒	☒	t=-2,286	0,027

se uma diferença significativa de médias entre os três grupos para o conservadorismo situacional ($\bar{x}=2,38$ para baixa intolerância; $\bar{x}=2,57$ para intolerância moderada e $\bar{x}=3,02$ para alta intolerância; $F=3,65$; $p=0,03$), em suporte do modelo de contexto. Pelo contrário, no caso do conservadorismo autónomo, apesar das médias se terem distribuído de acordo com modelo de conteúdo ($\bar{x}=2,54$ para baixa intolerância; $\bar{x}=2,60$ para intolerância moderada e $\bar{x}=2,63$ para alta intolerância), a diferença de médias não se revelou significativa ($F=0,19$; $p=0,83$)¹¹. Para o score alfamax, esta diferença continuou a não ser significativa, tendo-se afastado da distribuição esperada tanto no modelo de conteúdo como no modelo dos extremos (x baixa = 2,13; x moderada = 2,29; x alta = 2,04; $F=1,132$; $p=0,33$).

Para testar se existiu um efeito da variável experimental sobre a relação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político, foi feita nova análise dos dados, desta vez considerando como amostras independentes, ou subamostras, os grupos formados pelos indivíduos consoante o estímulo a que foram expostos. Em primeiro lugar, repetiram-se os testes de correlação entre as escalas de intolerância à ambiguidade e conservadorismo político para cada grupo experimental. Para os indivíduos expostos ao estímulo político-social, não existiu qualquer correlação significativa; para aqueles expostos ao estímulo apolítico, há uma correlação positiva e significativa entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo autónomo ($r=0,35$; $p=0,02$); e para os respondentes expostos ao estímulo neutro houve uma correlação positiva e significativa entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo situacional ($r=0,35$; $p<0,05$). Quando se dividiu os respondentes tendo em conta a sua baixa ou alta intolerância à ambiguidade, com a média como ponto de corte¹², três testes de diferenças de médias (um para cada grupo experimental) revelaram que apenas no grupo

¹¹ Estes dados estão esquematizados na figura 3.1

¹² Optou-se pela média em vez do desvio-padrão como ponte de corte para que os agrupamentos de indivíduos não se tornassem demasiado pequenos.

exposto ao estímulo neutro houve uma diferença significativa no conservadorismo situacional para os respondentes nos dois níveis de intolerância ($\bar{x}= 2,55$ para aqueles com baixa intolerância comparado com $\bar{x}=2,93$ para aqueles com alta intolerância, $t=-2,29$, $p=0,03$).

Para testar a hipótese 3, realizou-se uma análise de variância entre os grupos experimentais, separadamente, para os indivíduos com baixa e alta intolerância à ambiguidade, sem que daí resultassem diferenças significativas. Daí partiu-se para um teste de diferenças de médias entre pares de grupos experimentais, novamente de forma separada para indivíduos com baixa e alta intolerância à ambiguidade, tendo sido verificada uma diferença significativa no conservadorismo situacional entre os indivíduos com alta intolerância à ambiguidade expostos ao estímulo apolítico e ao estímulo neutro ($\bar{x}=2,55$ para o estímulo apolítico e $\bar{x}=2,93$ para o estímulo neutro, $t=-2,29$; $p=0,03$) ao contrário do que aconteceu para os indivíduos com baixa intolerância à ambiguidade ($\bar{x}=2,43$; $\bar{x}=2,45$; $p=0,927$) submetidos ao mesmo teste.

Discussão Geral

A vasta maioria da literatura apresentada no Capítulo 1 aponta para uma relação entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo político. Como em estudos anteriores, ambos os estudos realizados nesta dissertação demonstraram essa relação. No entanto, o carácter dessa relação tem sido muitas vezes contestado. Interessa por isso voltar a olhar para a revisão da literatura e considerar os três modelos que aí foram referidos. Tal como diz Sidanius (1978), os primeiros estudos nesta área são feitos com base no modelo do conteúdo de Adorno e colegas, o qual enuncia que a afinidade a valores políticos conservadores é tanto maior quanto maior for a intolerância à ambiguidade. Esta tese foi disputada por Rokeach e o seu modelo dos extremos, que coloca os indivíduos com maior intolerância à ambiguidade nos extremos do eixo liberal-conservador. Sidanius avança um terceiro modelo, o de contexto, afirmando que os indivíduos com maior nível de intolerância à ambiguidade são aqueles que se posicionam ao centro, apoiando a manutenção do status quo, uma vez que um distúrbio desse mesmo status quo seria gerador de ansiedade. Ora, se é verdade que o modelo de Rokeach e Adorno competem entre si para explicar o conservadorismo autónomo, um corpo ideológico com valores que são mais ou menos consistentes ao longo do tempo, o modelo de Sidanius refere-se ao conservadorismo situacional, e não pode ser imiscuído com os outros dois modelos. A confusão no teste destes modelos que vimos durante a revisão da literatura surge, em muitos dos casos, desta divergência entre conservadorismo autónomo e o situacional.

Desta forma, resolveu-se criar diferentes hipóteses para testar a adaptabilidade dos modelos enunciados na literatura à relação entre intolerância à ambiguidade e o

conservadorismo político observada nos estudos 1 e 2. Assim, na hipótese 1, o modelo de Sidanius fazia-nos esperar que os indivíduos com baixa intolerância à ambiguidade fossem também os com menor conservadorismo situacional, tendo essa hipótese sido confirmada pelos resultados do estudo 1 e 2. Uma vez que existem dois modelos a concorrer para explicar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo autónomo, a hipótese 2 foi dividida em duas para acomodar cada um desses modelos. Nenhum dos estudos aqui apresentados confere um suporte inequívoco a qualquer um dos dois modelos. Contudo, foi observado em ambos os estudos que os indivíduos com baixa intolerância à ambiguidade foram aqueles com menor conservadorismo autónomo, seguidos pelos indivíduos com moderada intolerância. Os indivíduos com maior conservadorismo autónomo foram também aqueles com maior intolerância à ambiguidade. Este conjunto de resultados dá suporte ao modelo do conteúdo em oposição ao modelo dos extremos.

Para o segundo estudo ficou o teste da hipótese de que uma variável situacional podia influenciar a relação entre a intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político, esperando-se que os estímulos percebidos como grandes mudanças no status quo amplificassem o conservadorismo situacional nos indivíduos com alta intolerância à ambiguidade. A pouca literatura existente sobre a relação entre variáveis situacionais e o conservadorismo político, com ênfase no aumento do conservadorismo em situações de saliência de mortalidade ou trauma, faria prever que uma manipulação do tipo do estímulo apolítico, que focava o indivíduo em situações de perigo como epidemias ou desastres climáticos, resultaria diretamente num aumento do conservadorismo político. Contudo, os resultados não revelaram uma relação direta entre o tipo de estímulo apresentado aos respondentes e o seu nível de conservadorismo. Pelo contrário, os resultados do estudo 2 aproximam-se mais da primeira parte da hipótese 3, na qual se esperava que o efeito do estímulo no conservadorismo político não fosse direto, mas sim em interação com a intolerância à ambiguidade. Observou-se, de facto, que a correlação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político desapareceu nos indivíduos expostos ao estímulo político-social, tendo-se mantido somente para o conservadorismo situacional naqueles inquiridos que receberam o estímulo neutro. O mesmo teste revelou uma correlação positiva entre intolerância à ambiguidade e conservadorismo autónomo apenas no grupo exposto ao estímulo apolítico, um resultado surpreendente que vai além das hipóteses inicialmente apresentadas.

Para compreendermos o carácter desta relação de interação, é importante relembrar a definição de ideologia dada por Althusser, segundo a qual esta era composta por duas partes: uma ideia abstrata das condições reais em que o sujeito vive e um conjunto de avaliações relativas a essas condições e de como as alterar/manter. Podemos considerar que os estímulos político-social e apolítico apresentaram aos respondentes um novo conjunto de

condições reais que, tal como confirmamos através das questões finais, foram avaliadas como sendo uma grande mudança em relação às condições anteriores. Teoriza-se que nesta avaliação os indivíduos fizeram uso da sua agência, da qual faz parte a intolerância à ambiguidade, sendo a este nível que as duas variáveis, de personalidade e situacional, interagiram. Desta interação surgiu um efeito nos valores políticos dos indivíduos, ao contrário do que aconteceu àqueles expostos ao estímulo neutro, o qual não foi percebido como uma mudança nas condições reais.

Após esta descoberta, resta-nos olhar para o sentido do efeito desta interação. Segundo a literatura, o conservadorismo político é maior tanto para indivíduos com maior intolerância à ambiguidade e como para aqueles expostos a situações de ansiedade como a saliência da mortalidade. Assim, assumindo-se uma lógica algébrica de soma de efeitos, era de esperar que um grupo de indivíduos com alta intolerância à ambiguidade expostos ao estímulo político apresentariam maior conservadorismo político do que indivíduos com o mesmo nível de intolerância à ambiguidade e expostos ao estímulo neutro, dedução que foi plasmada na hipótese 3. No entanto, os resultados foram no sentido contrário ao esperado, uma vez que, de entre os indivíduos com alta intolerância à ambiguidade, aqueles expostos ao estímulo político revelaram significativamente menos conservadorismo situacional do que aqueles expostos ao estímulo neutro.

CONCLUSÃO

Desde os anos 50, vários autores contribuíram para evidenciar uma relação entre a intolerância à ambiguidade e conservadorismo político. Nem todos os estudos se dedicaram a discutir a definição de conservadorismo político, optando por aceitar definições existentes sem as criticar. Como resultado, é notória alguma confusão entre estudos que se propõe a medir o conservadorismo político, mas acabam por utilizar diferentes conceitos.

Para ultrapassar esta limitação, a presente dissertação utilizou uma nova escala de conservadorismo político destinada a medir, em paralelo, duas formas de conservadorismo distintas: o situacional, enquanto afinidade pelo status quo, qualquer que este seja; e o autónomo, enquanto apoio a valores concretos que, de forma mais ou menos consistentes, foram sendo apelidados de conservadores ao longo dos tempos. Apesar das duas subescalas terem apresentado uma associação moderada, é possível que, no futuro, outros investigadores optem por usá-las como escalas separadas ou, tendo em conta as características das suas investigações, utilizem apenas uma das escalas.

A nova escala de conservadorismo político foi validada, com a salvaguarda de que a subescala de conservadorismo autónomo apresentou uma consistência interna relativamente baixa em ambos os estudos. Isto pode ter acontecido porque as ideias na escala autónoma são mais abstratas do que na subescala situacional, exigindo assim uma maior sofisticação dos respondentes para formar um cluster consistente. Ao mesmo tempo, pode ser também resultado de problemas com a construção da subescala, ficando esta aberta a futuras revisões. Ademais, é importante lembrar que a escala foi construída tendo em conta e sob a influência do contexto português na atualidade. Tal como é referido em Wilson (1972), as escalas de conservadorismo caracterizam-se por terem uma “data de validade”.

Os presentes estudos corroboraram a hipótese de que a intolerância à ambiguidade está correlacionada com o conservadorismo político. Três modelos teóricos competem para explicar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político (conteúdo, extremos e contexto). Contudo, como vimos atrás, esta competição é apenas parcial, uma vez que o modelo de contexto se refere somente ao conservadorismo situacional e os modelos de conteúdo e dos extremos apenas ao conservadorismo autónomo. Os resultados aqui obtidos fornecem suporte ao modelo de contexto e, em menor medida, ao modelo do conteúdo. Assim, os dados aqui apresentados indicam também que a relação entre as duas variáveis tem nuances, alterando-se consoante a definição de conservadorismo utilizada e com a presença de fatores externos.

A segunda dessas nuances leva-nos à vertente mais original deste estudo, a introdução de uma variável situacional através do uso do questionário experimental como

método de estudo. Foi possível observar que a introdução de uma variável situacional, externa tanto à personalidade como aos valores políticos do indivíduo – semelhante à informação a que todos nós, utilizadores de redes sociais e websites de jornais, nos expomos -, é capaz de influenciar a relação entre intolerância à ambiguidade e o conservadorismo político. Para indivíduos com elevados níveis de intolerância à ambiguidade, a exposição à informação que retrata um mundo em mudança de forma negativa, surpreendentemente, resultou na expressão de níveis mais baixos de conservadorismo situacional do que a exposição a notícias que expõe pequenas mudanças de natureza positiva.

Os resultados aqui apresentados não permitem perceber se um mesmo estímulo pode ter um efeito diferente dependendo da avaliação (positiva ou negativa) feita pelo participante. Esta questão de estudo pode ter relevo numa futura investigação. Para que seja possível fazer tal teste, deve-se acautelar que os estímulos apresentados irão ter uma avaliação polarizada. Isto pode ser conseguido através de um pré-teste em que os estímulos sejam apresentados a uma parte da população-alvo para se saber, com mais exatidão, o que esperar da percepção dos respondentes sobre esses estímulos, escolhendo-se aqueles que mais se aproximam de serem avaliados, em igual número, como positivos ou negativos.

Outra limitação dos estudos aqui apresentados é a falta de representatividade das amostras quando comparadas com a população geral portuguesa. No estudo 1, a amostra de conveniência recrutada no contexto universitário está num estrato etário muito específico, deduzindo-se que existam também diferenças no nível de rendimento e de educação formal e na origem geográfica ou étnica dos indivíduos. Igualmente, no estudo 2, o recrutamento por bola de neve em contexto online causou desequilíbrios no género e idade dos respondentes, tendo sido excluído qualquer indivíduo sem acesso à internet ou com conhecimentos informáticos mais reduzidos. É possível que, em ambos os estudos, os indivíduos tenham valores políticos distintos daqueles que são a média da sociedade portuguesa.

Porém, é de assinalar que o desenho aqui apresentado vai além de vários dos estudos anteriores por ter sido realizado com amostras diferentes, recrutadas de modo distinto e que responderam através de diferentes meios. Isto oferece um duplo teste à consistência e confiabilidade das medidas aqui apresentadas, incluindo a versão portuguesa da escala de intolerância à ambiguidade e da nova escala de conservadorismo, bem como à resiliência das relações estatísticas que foram repetidas em ambos os estudos.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper.
- Altemeyer, R. A. (1998). The other “authoritarian personality.” In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 30, pp. 47–91). New York: Academic Press.
- Althusser, L. (1971). Ideology and ideological state apparatus (Notes towards an investigation). In *Lenin and philosophy and other essays* (pp. 127-186). New York: Monthly Review Press.
- Barker, E. N. (1963). Authoritarianism of the Political Right, Center, and Left. *Journal of Social Issues*, 19(2), 63–74.
- Baughn, C. C., & Yaprak, A. (1996). Economic Nationalism: Conceptual and Empirical Development. *Political Psychology*, 17(4), 759–778.
- Block, J., & Block, J. (1951). An Investigation of the Relationship Between Intolerance of Ambiguity and Ethnocentrism. *Journal of Personality*, 19(3), 303–311.
- Bochner, S. (1965). Defining intolerance of ambiguity. *The Psychological Record*, 15(3), 393–400.
- Buchanan, T. (2006). *Europe's troubled peace: 1945 to the present*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Budner, S. (1962). Intolerance of ambiguity as a personality variable. *Journal of Personality*, 30, 29–50.
- Buhr, K., & Dugas, M. J. (2002). The Intolerance of Uncertainty Scale: psychometric properties of the English version. *Behaviour Research Therapy*, 40(8), 931–945.
- Bonanno, G. A., & Jost, J. T. (2006). Conservative Shift Among High-Exposure Survivors of the September 11th Terrorist Attacks. *Basic and Applied Social Psychology*, 3533(September), 37–41.
- Caparos, S., Fortier-St-Pierre, S., Gosselin, J., Blanchette, I., & Brisson, B. (2015). The tree to the left, the forest to the right: Political attitude and perceptual bias. *Cognition*, 134(2015), 155–164.
- Caprara, G. V., Vecchione, M., Schwartz, S. H., Schoen, H., Bain, P. G., Silvester, J., ... Caprara, M. G. (2017). Basic Values, Ideological Self-Placement, and Voting: A Cross-Cultural Study. *Cross-Cultural Research*, 51(4), 388–411.
- Castano, E., Leidner, B., Bonacossa, A., Nikkah, J., Perrulli, R., Spencer, B., & Humphrey, N. (2011). Ideology, Fear of Death, and Death Anxiety. *Political Psychology*, 32(4), 601–621.
- Castello-Branco, J. T. (2013). Conservadorismo. In Rosas, J. C. & Ferreira, R. (Eds.), *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Coimbra: Almedina
- Choma, B. L., Hafer, C. L., Dywan, J., Segalowitz, S. J., & Busseri, M. A. (2012). Political liberalism and political conservatism: Functionally independent? *Personality and Individual Differences*, 53(4), 431–436.
- Clifford, S., & Jerit, J. (2014). Is There a Cost to Convenience? An Experimental Comparison of Data Quality in Laboratory and Online Studies. *Journal of Experimental Political Science*, 1(2), 120–131.
- Cohen, F., Ogilvie, D. M., Solomon, S., Greenberg, J., & Pyszczynski, T. (2005). American roulette: The effect of reminders of death on support for George W. Bush in the 2004 presidential election. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 5(1), 177–187.
- Crowson, H. M., Thoma, S. J., & Hestevold, N. (2005). Is political conservatism synonymous with authoritarianism? *Journal of Social Psychology*, 145(5), 571–592.

- Davids, A. (1955). Some personality and intellectual correlations of intolerance of ambiguity. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(3), 415–420.
- Davids, A. (1956). The influence of ego-involvement on relations between authoritarianism and intolerance of ambiguity. *Journal of Consulting Psychology*, 20(3), 179–184.
- De Rojas, R. J. M. (2015). La influencia de la ideología política y la intolerancia a la ambigüedad sobre diversas expresiones actitudinales del heterosexismo. *Pensamiento Psicológico*, 13(2), 7–19.
- Deth, J. W. Van, & Scarbrough, E. (1995). *The Impact of Values*. Oxford: Oxford University Press
- Durrheim, K. (1997). Theoretical conundrum: The politics and science of theorizing authoritarian cognition. *Political Psychology*, 18(3), 625–647.
- Durrheim, K. (1998). The relationship between tolerance of ambiguity and attitudinal conservatism: a multidimensional analysis. *European Journal of Social Psychology*, 28(5), 731–753.
- Durrheim, K., & Foster, D. (1997). Tolerance of ambiguity as a content specific construct. *Personality and Individual Differences*, 22(5), 741–750.
- Echebarria-Echabe, A., & Fernández-Guede, E. (2006). Effects of terrorism on attitudes and ideological orientation. *European Journal of Social Psychology*, 36(2), 259–265.
- Ehrlich, D. (1965). "Intolerance of ambiguity," Walk's A Scale: Historical comment. *Psychological Reports*, 17(2), 591–594.
- Ensley, M. J. (2007). Candidate divergence, ideology, and vote choice in U.S. Senate elections. *American Politics Research*, 35(1), 103–122.
- Everett, J. A. C. (2013). The 12 Item Social and Economic Conservatism Scale (SECS). *PLoS ONE*, 8(12), 1–11.
- Eysenck, H. J., & Coulter, T. T. (1972). The personality and attitudes of working-class British communists and fascists. *Journal of Social Psychology*, 87(1), 59–73.
- Eysenck, H. J. (1981). The Forum Wing Authoritarianism: Myth or Reality?. *Political Psychology*, 3(1), 234–238.
- Feather, N. T. (1969a). Differentiation of arguments in relation to attitude, dogmatism and intolerance of ambiguity. *Australian Journal of Psychology*, 21(1), 21–29.
- Feather, N. T. (1969b). Preference for information in relation to consistency, novelty, intolerance of ambiguity, and dogmatism. *Australian Journal of Psychology*, 21(3), 235–249.
- Fibert, Z., & Ressler, W. H. (1998). Intolerance of Ambiguity and Political Orientation Among Israeli University Students. *The Journal of Social Psychology*, 138(November 2014), 33–40.
- Fleury, C. J., & Lewis-Beck, M. S. (1993). Anchoring the French Voter: Ideology versus Party. *The Journal of Politics*, 55(4), 1100–1109.
- Freire, A., & Kivistik, K. (2013). Western and non-Western meanings of the Left – Right divide across four continents. *Journal of Political Ideologies*, 18(2), 37–41.
- Frenkel-Brunswik, E. (1948). A study of prejudice in children. *Human Relations*, 1, 295–306.
- Frenkel-Brunswik, E. (1949). Intolerance of Ambiguity As an Emotional and Perceptual Personality Variable. *Journal of Personality*, 18(1), 108–143.
- Fodor, N. & Gaynor, F. (1950). *Freud: Dictionary of Psychoanalysis*. New York, NY: The Philosophical Library
- Furnham, A. (1994). A content, correlational and factor analytic study of four tolerance of ambiguity questionnaires. *Personality and Individual Differences*, 16(3), 403–410.

- Furnham, A., & Ribchester, T. (1995). Tolerance of ambiguity: A review of the concept, its measurement and applications. *Current Psychology, 14*(3), 179–199.
- Furnham, A., & Marks, J. (2013). Tolerance of Ambiguity: A Review of the Recent Literature. *Psychology, 4*(9), 717–728.
- Gaines, B. J., Kuklinski, J. H., & Quirk, P. J. (2007). The logic of the survey experiment reexamined. *Political Analysis, 15*(1), 1–20.
- Gerring, J. (1997). Ideology: A Definitional Analysis. *Political Research Quarterly, 50*(4), 957–994.
- Greenberg, J., Simon, L., Pyszczynski, T., Solomon, S., & Chatel, D. (1992). Terror Management and Tolerance: Does Mortality Salience Always Intensify Negative Reactions to Others Who Threaten One's Worldview?. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*(2), 212–220.
- Greenberg, J., & Jonas, E. (2003). Psychological Motives and Political Orientation - The Left, the Right, and the Rigid: Comment on Jost et al. (2003). *Psychological Bulletin, 129*(3), 376–382.
- Gunther, R., & Kuan, H. C. (2007). Value cleavages and partisan conflict. In R. Gunther, J. R. Montero, & H. J. Puhle (Eds.), *Electoral intermediation, values, and political support in old and new democracies: Europe, East Asia, and the Americas in comparative perspective* (pp. 255–320). Oxford: Oxford University Press.
- Ruch, W., & Hehl, F. J. (1986). Conservatism as a predictor of responses to humour-I. A comparison of four scales. *Personality and Individual Differences, 7*(1), 1-14.
- Henningham, J. P. (1996). A 12-item scale of social conservatism. *Personality and Individual Differences, 20*(4), 517–519.
- Herman, J. L., Stevens, M. J., Bird, A., Mendenhall, M., & Oddou, G. (2010). The Tolerance for Ambiguity Scale: Towards a more refined measure for international management research. *International Journal of Intercultural Relations, 34*(1), 58–65.
- Huntington, S. P. (1957). Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review, 51*(2), 454–473.
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin, 129*(3), 339–375.
- Jost, J. T., Napier, J. L., Thorisdottir, H., Gosling, S. D., Palfai, T. P., & Ostafin, B. (2007). Are needs to manage uncertainty and threat associated with political conservatism or ideological extremity? *Personality and Social Psychology Bulletin, 33*(7), 989–1007.
- Kelemen, L., Szabó, Z. P., Mészáros, N. Z., László, J., & Forgas, J. P. (2014). Social Cognition and Democracy: The Relationship Between System Justification, Just World Beliefs, Authoritarianism, Need for Closure, and Need for Cognition in Hungary. *Journal of Social and Political Psychology, 2*(1), 197–219.
- Kenny, D. T., & Ginsberg, R. (1958). The specificity of intolerance of ambiguity measures. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 56*(3), 300–304.
- Kerpelman, L. C. (1968). Personality and Attitude Correlates of Political Candidate Preference. *Journal of Social Psychology, 76*(2), 219–226.
- Kim, H., & Fording, R. C. (1998). Voter ideology in Western Democracies, 1946 - 1989. *European Journal of Political Research, 33*(1), 73–97.

- Kirton, M. J. (1978). Wilson and Patterson's conservatism scale: A shortened alternative form. *British Journal of Social & Clinical Psychology*, 17(4), 319–323.
- Knutsen, O. (1988). The Impact of Structural and Ideological Party Cleavages in West European Democracies: A Comparative Empirical Analysis. *British Journal of Political Science*, 18(3), 323.
- Knutsen, O. (1995). Value orientations, political conflicts and left-right identification: a comparative study. *European Journal of Political Research*, 28, 63–93.
- Knutsen, O. (1997). The Partisan and the Value-based Component of Left-Right Self-placement: A Comparative Study. *International Political Science Review*, 18(2), 191–225.
- Kohn, P. M. (1974). Authoritarianism, rebelliousness, and their correlates among British undergraduates. *British Journal of Social & Clinical Psychology*, 13(3), 245–255.
- Kossowska, M., & Hiel, A. Van. (2003). The Relationship Between Need for Closure and Conservative Beliefs in Western and Eastern Europe. *Political Psychology*, 24(3), 501–518.
- Landau, M. J., Solomon, S., Greenberg, J., Cohen, F., Pyszczynski, T., Arndt, J., ... Cook, A. (2004). Deliver us from evil: The effects of mortality salience and reminders of 9/11 on support for President George W. Bush. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(9), 1136–1150.
- Lange, R., & Houran, J. (1999). Scaling MacDonald's AT-20 using item-response theory. *Personality and Individual Differences*, 26(3), 467–475.
- Leventhal, H., Jacobs, R. L., & Kudirka, N. Z. (1964). Authoritarianism, ideology, and political candidate choice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 69(5), 539–549.
- Löckenhoff, C. E., & Costa, P.T. (2007). Big Five Personality Traits In R. F. Baumeister & K. D. Vohls (Ed.), *Encyclopaedia of Social Psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Mac Donald, A. P. (1970). Revised Scale for Ambiguity Tolerance: Reliability and Validity. *Psychological Reports*, 26(1951), 791–798.
- McCann, J. A. (1997). Electoral Choices and Core Value Change: The 1992 Presidential Campaign. *American Journal of Political Science*, 41(2), 564–583.
- McCandless, B. R., & Holloway, H. D. (1955). Race prejudice and intolerance of ambiguity in children. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(3), 692–693.
- McClosky, H., & Chong, D. (1985). Similarities and Differences Between Left-Wing and Right-Wing Radicals. *British Journal of Political Science*, 15(3), 329–363.
- McLain, D. L. (1993). The Mstat-I: A New Measure of an Individual's Tolerance for Ambiguity. *Educational and Psychological Measurement*, 53(1), 183–189.
- McLain, D. L. (2009). Evidence of the Properties of an Ambiguity Tolerance Measure: The Multiple Stimulus Types Ambiguity Tolerance Scale-II (MSTAT-II). *Psychological Reports*, 105(3), 975–988.
- Middendorp, C. P. (1992). Left-Right Self-identification and (Post) materialism in the Ideological Space; their Effect on the Vote in the Netherlands. *Electoral Studies*, 11(3), 249-260.
- Nail, P. R., & McGregor, I. (2009). Conservative shift among liberals and conservatives following 9/11/01. *Social Justice Research*, 22(2–3), 231–240.
- Norton, R. W. (1975). Measurement of ambiguity tolerance. *Journal of Personality Assessment*, 39(6), 607–619.
- Oakeshott, M. (1991). On Being Conservative. In *Rationalism in Politics and Other Essays*, 2nd edition, (pp. 407-437). Indianapolis: Liberty Fund
- O'Connor, P. (1952). Ethnocentrism, intolerance of ambiguity, and abstract reasoning ability. [Abstract]. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 47, 526-530.

- Okimoto, T. G., & Gromet, D. M. (2016). Differences in sensitivity to deviance partly explain ideological divides in social policy support. *Journal of Personality and Social Psychology*, 111(1), 98–117.
- Orr, S. K. (2005). New Technology and Research: An Analysis of Internet Survey Methodology in Political Science, *PS: Political Science & Politics*, 38(2), 263-267.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763.
- Ray, J. J. (1981). Explaining Australian attitudes towards Aborigines. *Ethnic and Racial Studies*, 4(3), 348–352.
- Ray, J. J. (1988). Cognitive Style as a Predictor of Authoritarianism, Conservatism, and Racism: A Fantasy in Many Movements. *Political Psychology*, 9(2), 303.
- Rokeach, M. (1956). Political and religious dogmatism: An alternative to the authoritarian personality. *Psychological Monographs: General and Applied*, 70(18), 1–43.
- Ruch, W., & Hehl, F. J. (1983). Intolerance of ambiguity as a factor in the appreciation of humour. *Personality and Individual Differences*, 4(5), 443–449.
- Schmid-Kitsikis, E. (2005). Displacement In de Mijolla, A. (Ed), *International Dictionary of Psychoanalysis*. Farmington Mills, MI: Thomson Gale.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19–45.
- Smock, C. D. (1955). The influence of psychological stress on the “intolerance of ambiguity.” *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 50(2), 177–182.
- Sidanius, J. (1978). Intolerance of ambiguity and socio-political ideology: a multidimensional analysis. *European Journal of Social Psychology*, 2(1), 99–108.
- Sidanius, J. (1988). Intolerance of Ambiguity, and Conservatism , A Reply Whose Reality ? : to Ray. *Political Psychology*, 9(2), 309–316.
- Stone, W. F. (1980). The Myth of Left-Wing Authoritarianism The Myth of Left-Wing Authoritarianism. *Political Psychology*, 2(3), 3–19.
- Tetlock, P. E. (1986). A Value Pluralism Model of Ideological Reasoning. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(4), 819–827.
- Unnever, J. D., Cullen, F. T., & Fisher, B. S. (2007). “A liberal is someone who has not neen mugged”: Criminal victimization and political beliefs. *Justice Quarterly*, 24(2), 309–334.
- Wilson, G. D., & Patterson, J. R. (1968). A New Measure of Conservatism. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 7(4), 264–269.
- Zacker, J. (1973). Authoritarian avoidance of ambiguity. *Psychological Reports*, 33(3), 901–902.
- Zakrisson, I. (2005). Construction of a short version of the Right-Wing Authoritarianism (RWA) scale. *Personality and individual differences*, 39(5), 863-872.

Anexos

Anexo A - Tradução da escala de intolerância à ambiguidade ¹³

Budner (1962) Intolerance of Ambiguity Scale, Original	Tradução para Português	Tradução de volta para o inglês
An expert who doesn't come up with a definitive answer probably doesn't know too much	Os especialistas que não conseguem dar uma resposta definitiva a uma questão provavelmente não percebem muito do assunto	Experts which can't provide a definitive answer to a question probably don't understand that much about the issue
There is really no such thing as a problem that can't be solved	Não existem problemas que não possam ser resolvidos	There are no issues which cannot be solved
A good job is one where what is to be done and how it is to be done are always clear	Um bom emprego é aquele em que aquilo que tem de ser feito e o modo como deve ser feito é sempre claro	A good job is one where what must be made and how it must be made is always clear
In the long run it is possible to get more done by tackling small, simple problems rather than large and complicated ones	A longo prazo, é mais produtivo resolver problemas pequenos e simples do que problemas grandes e complicados	On the long term, it's more productive to solve small and simple problems than large and complicated problems
What we are used to is always preferable to what is unfamiliar	Aquilo a que estamos habituados é sempre preferível àquilo que não é familiar	That which we are used to is always preferable to the unfamiliar
A person who leads an even, regular life in which few surprises or unexpected happenings arise, really has a lot to be grateful for	Quem tem uma vida estável, sem surpresas ou acontecimentos inesperados, deve sentir-se agradecido(a)	Those with a stable life, without any surprises or unexpected events, should feel thankful
I like parties where I know most of the people more than ones where all or most of the people are complete strangers	Prefiro festas em que conheço quase todas as pessoas a festas em que a maioria das pessoas são desconhecidas	I prefer parties in which I know almost everyone to parties where most people are unknown to me
The sooner we all acquire similar values and ideals the better	Quanto mais rapidamente as pessoas adquirirem valores ou ideias semelhantes, melhor	The quicker people acquire similar values or ideas, the better

¹³ Na escala de intolerância à ambiguidade pede-se ao respondente que, numa escala de um (discordo totalmente) a seis (concordo totalmente), se posicione em relação às afirmações apresentadas. É feita uma média aritmética com as respostas, sendo que a segunda metade da escala é cotada inversamente, de modo a obter o score. Quanto mais alto o score, maior a intolerância à ambiguidade do indivíduo.

I would like to live in a foreign country for a while	Gostava de viver por um período no estrangeiro	I would like to live on a foreign country for a period of time
People who fit their lives to a schedule probably miss most of the joy of living	As pessoas que planeiam demasiado a sua vida estão a perder muitas oportunidades de se divertirem	People who over plan their life are losing many opportunities to have fun
It is more fun to tackle a complicated problem than to solve a simple one	É mais interessante tentar resolver um problema complicado do que um problema simples	It's more interesting trying to solve a complicated problem over a simple one
Often the most interesting and stimulating people are those who don't mind being different and original	As pessoas mais interessantes e estimulantes são normalmente aquelas que não se importam de ser diferentes e originais	The most interesting and stimulating people are usually the ones who don't mind being different and original
People who insist upon a yes or no answer just don't know how complicated things are	As pessoas que insistem em respostas "sim ou não" não compreendem a complexidade das questões	People whom insist in "yes or no" answers do not understand the complexity of the questions
Many of our most important decisions are based upon insufficient information	Muitas das nossas decisões são baseadas em informação insuficiente	Many of our decisions are based on insufficient information
Teachers or supervisors who hand out vague assignments give a chance for one to show initiative and originality	Os professores ou orientadores que solicitam aos alunos trabalhos pouco especificados dão-lhes a oportunidade de demonstrarem inovação e originalidade	Teachers or advisors whom solicit work from students providing little specifications are giving them the opportunity to display innovation and originality
A good teacher is one who makes you wonder about your way of looking at things.	Um bom professor é aquele que nos faz refletir sobre a forma como vemos as coisas	A good teacher is one that makes us reflect about the way we see things

Anexo B - Escala de Henningham (original e traduzida)¹⁴

Death Penalty	Pena de Morte
<i>Multiculturalism</i>	<i>Multiculturalismo</i>
Stiffer jail terms	Penas de prisão mais pesadas
<i>Voluntary Euthanasia</i>	<i>Legalização da Eutanásia voluntária</i>
Bible Truth	Bíblia enquanto fonte da verdade
<i>Gay rights</i>	<i>Direitos dos Homossexuais</i>
Pre-Marital Virginity	Manter a virgindade antes do casamento
<i>Asian Immigration</i>	<i>Liberalização da Imigração</i>
Church Authority	Influência da Igreja na política
<i>Legalised Abortion</i>	<i>Legalização do Aborto</i>
<i>Condom Vending Machines</i>	<i>Máquinas automáticas de venda de preservativos</i>
<i>Legalised Prostitution</i>	<i>Legalização da Prostituição</i>

¹⁴ Na escala de Henningham, pede-se ao respondente que, numa escala de um (totalmente desfavorável) a cinco (totalmente favorável), se posicione em relação aos conceitos apresentados. É feita uma média aritmética com as respostas, sendo que os itens a itálico são cotadas inversamente, de modo a obter o score. Quanto mais alto o score, maior o conservadorismo do indivíduo.

Anexo C - Exemplo dos estímulos apresentados no questionário



Exemplo do estímulo político-social.
Formatação do Twitter com design descaracterizado do periódico *Público* (originalmente a cores)



Exemplo do estímulo neutro.
Formatação do Facebook com design descaracterizado do periódico *Expresso* (originalmente a cores)

Anexo D - Textos utilizadas nos vários estímulos

Estímulo Político-Social

2000 assinaturas reunidas para mudar o nome da Rua Oliveira Salazar

Grupo de residentes do concelho de Santo Tirso quer alterar o nome da Rua doutor António de Oliveira Salazar para Rua 25 de Abril por considerarem o nome mais apropriado.

Comissão pede inclusão de casais homossexuais nas ilustrações de livros escolares

A medida tem por objetivo promover o contacto das crianças com outros tipos de família para além daquelas com um pai e uma mãe. Sugestões incluem também inclusão de famílias monoparentais.

Grupo de deputados sugere fim dos feriados religiosos

Deputados argumentam que feriados católicos não fazem sentido num país laico e são incompatíveis com a diversidade religiosa dos cidadãos portugueses

Governo quer atrair mais imigrantes

Para compensar a baixa taxa de natalidade registada em Portugal, o governo quer atrair mais imigrantes, com prioridade para os cidadãos dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Performance polémica de duo francês chega a museu português

Como parte da sua exposição, a inaugurar em Portugal no próximo dia 17 de Junho, os artistas Jean Rieu e Minique Pasquelle ficaram nus e cobertos de sangue falso em frente aos visitantes.

“Pornografia e sexo anal deviam ser abordados em Educação Sexual”, sugere sexólogo João Ferreira

O sexólogo João Ferreira acredita que, ao invés de evitar assuntos como a pornografia ou o sexo anal, o sistema educativo deve encará-los de frente e trazer estes temas para as aulas de Educação Sexual

Há cada vez mais jovens a assumirem-se como transgénero.

São novos mas têm perfeita noção de quem são. Tanto em Portugal como no estrangeiro são cada vez mais os jovens que se assumem de género diferente daquele que lhes foi atribuído antes dos 18 anos.

Estado estuda distribuição gratuita de heroína a toxicodependentes

Através da distribuição de heroína e da injeção medicamente assistida aos toxicodependentes que falham o tratamento, o Estado espera reduzir o tráfico e os custos com saúde e justiça.

Estimulo Apolítico

Furacões vão chegar com mais frequência a Portugal continental

Especialistas acreditam que mudanças nas correntes oceânicas levarão a que mais furacões cheguem a Portugal continental

Urânio desaparecido pode ser usado em “bomba suja”

Relatório de segurança apontam para o risco de ataques que recorram a urânio roubado de centrais nucleares para espalhar radiação

Plástico contamina o oceano e ameaça fauna

Grandes quantidades de plástico a deriva no oceano – suficiente para criar “ilhas” de grandes dimensões – podem alterar irreversivelmente os ecossistemas, especialistas advertem.

Aquecimento global põe Portugal em risco de doenças tropicais

Subida de temperaturas pode trazer para o território continental mosquitos portadores de doenças como a Malária, a Dengue, ou o Zyka.

Cientistas estudam efeitos de um potencial terramoto em Lisboa

Com base nos relatos de 1755 e com o conhecimento de placas tectónicas, equipa tenta prever os efeitos que um novo terramoto teria na capital.

Próxima pandemia pode matar milhões

Modelos criados a partir de pandemias passadas – como a gripe espanhola ou a cólera – fazem prever o pior num mundo cada vez mais interligado.

Humanos provocam extinção em massa de espécies

Ação humana acelera o desaparecimento de espécies para ritmo semelhante a grandes extinções causadas por eventos como a queda de um meteorito.

Polícia investiga redes terroristas em território nacional

Portugal, para além de ser uma rota de passagem para terroristas, pode também ser um potencial alvo de ataques.

Estímulo Neutro

Pastelaria de Ermesinde confeciona maior jesuíta do mundo

Recorde já foi reconhecido pelo livro do Guinness. Depois da prova, o doce com mais de 20 metros de comprimento foi repartido pela população e por instituições de caridade da região.

Com o verão à porta, surfistas juntam-se para limpar as praias

Grupo de escolas de surf organizou, no passado sábado, uma ação de limpeza e sensibilização nas praias portuguesas.

Faculdade apresenta videojogo sobre segurança na estrada

Objetivo é ensinar os mais novos a importância de requisitos de segurança tais como usar o cinto ou as cadeiras-auto.

Serra da Estrela eleita destino de inverno de referência

A região foi distinguida por uma destacada publicação suíça dedicada às atrações turísticas de inverno.

Cidade norueguesa ergue estátua em honra a cão ilustre

Asbjörn nunca teve um dono mas era uma presença assídua nas lojas e praças da cidade. Reconhecido por todos, acabou por se tornar a mascote local.

Crianças de Cabeceiras de Basto fazem batismo de voo

30 crianças do primeiro e segundo ciclo tiveram a oportunidade de entrar num avião pela primeira vez e de fazerem um voo experimental de cerca de 40 minutos.

Rancho folclórico português atua na China

Grupo participou em festival de danças e músicas tradicionais organizado na cidade de Shijiazhuang, na China.

Queijaria no concelho de Serpa abre as portas a visitantes

Turistas, população e crianças em idade escolar poderão observar em primeira mão o fabrico tradicional de queijos.

Anexo E – Correlações (e alfas de Chronbar a negrito) entre escalas para o Estudo 1

	1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	3	3.1	3.2	4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5
1. Ambiguidade	,579	,301	,262	,220	,056	,113	,404*	,421**	,165	,404*	,316	,281	,400*	-,296	,245
2. Escala Henningham	,761	,902**	,321*	,551**	,377*	,700**	,721**	,343*	,629**	,618**	,252	,550**	-,004	,223	
2.1. Dimensão RS	,861	,075	,472**	-,161	,235	,348*	,343*	,182	,243	,457**	-,133	,200	,002	,016	
2.2. Dimensão IM	,732	-,161	,235	,348*	,343*	,182	,243	,457**	-,133	,200	,002	,016			
2.3 Dimensão VS	,481	-,023	,173	,221	,027	,233	,250	,148	,061	-,174	,199				
2.4 Dimensão LO	,520	,319*	,362*	,114	,418**	,336*	,255	,404**	,267	-,001					
3. Conservador. (24 itens)	,699	,878**	,716**	,930**	,752**	,470**	,608**	,115	,518**						
3.1 Situacional	,725	,294	,821**	,810**	,614**	,439**	-,080	,239							
3.2 Autônomo	,418	,661**	,318*	,046	,578**	,350*	,686**								
4. Conservador. (16 itens)	,697	,772**	,553**	,557**	,135	,625**									
4.1 Dimensão RI	,697	,229	,365*	,013	,223										
4.2 Dimensão SE	,687	,102	-,191	,228											
4.3 Dimensão TG	,598	,011	,201												
4.4 Dimensão EI	,561	-,019													
4.5 Dimensão ER	,498														
Média	2,85	1,99	1,91	1,90	1,69	2,60	2,79	2,83	2,75	2,78	2,41	3,43	2,88	3,01	2,59
Desvio-Padrão	0,50	0,58	0,89	0,81	0,83	1,02	0,41	0,60	0,41	0,48	0,77	0,93	0,98	0,77	0,73